



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Vice-Governadoria
Secretaria do Planejamento e Gestão

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E REGIONALIZADO

PPA 2012/2015



MACRORREGIÃO SERTÃO CENTRAL
2012

CID FERREIRA GOMES
GOVERNADOR

DOMINGOS GOMES DE AGUIAR FILHO
VICE-GOVERNADOR

IVO FERREIRA GOMES
GABINETE DO GOVERNADOR

ARIALDO DE MELLO PINHO
CASA CIVIL

JOEL COSTA BRASIL
CASA MILITAR

FERNANDO ANTÔNIO COSTA DE OLIVEIRA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ANTONIO EDUARDO DIOGO DE SIQUEIRA FILHO
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

JOÃO ALVES DE MELO
CONTROLADORIA E OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO

EDGAR LINHARES LIMA
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

IVAN RODRIGUES BEZERRA
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA
CONSELHO DE POLÍTICAS E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA
SECRETARIA DAS CIDADES

RENÉ TEIXEIRA BARREIRA
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR

FRANCISCA ANDRADE DE MORAIS (RESPONDENDO)
SECRETARIA DA CULTURA

JOSÉ NELSON MARTINS DE SOUSA
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

FERRUCCIO PETRI FEITOSA
SECRETARIA ESPECIAL DA COPA 2014

ESMERINO OLIVEIRA ARRUDA COELHO JÚNIOR
SECRETARIA DO ESPORTE

CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO
SECRETARIA DA FAZENDA

FRANCISCO ADAIL DE CARVALHO FONTENELE
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

MARIANA LOBO BOTELHO ALBUQUERQUE
SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

FLÁVIO BEZERRA DA SILVA
SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA

CÊSAR AUGUSTO PINHEIRO
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS

RAIMUNDO JOSÉ ARRUDA BASTOS
SECRETARIA DA SAÚDE

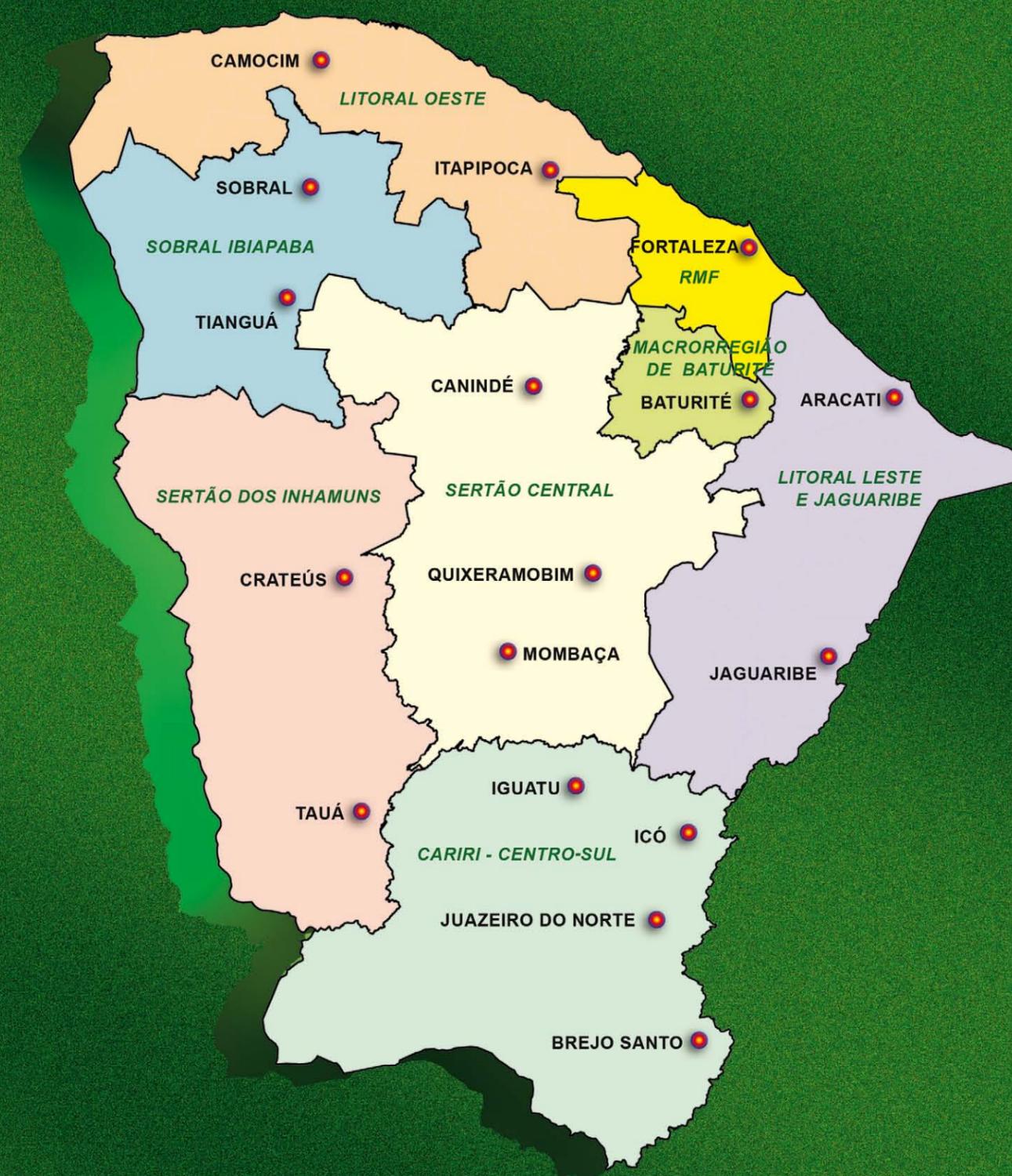
FRANCISCO JOSÉ BEZERRA RODRIGUES
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

EVANDRO SÁ BARRETO LEITÃO
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

BISMARCK COSTA LIMA PINHEIRO MAIA
SECRETARIA DO TURISMO

ANDRÉA MARIA ALVES COELHO
DEFENSORIA PÚBLICA GERAL

Sede das Oficinas Regionais - 2011 Macrorregiões de Planejamento



MENSAGEM DO GOVERNADOR

“O Ceará que estamos edificando será o resultado de uma construção coletiva, fundada na tolerância e na pluralidade de opinião, na convivência com a divergência e na capacidade de construir consensos. Colocar o melhor de nossas capacidades, de nossa inteligência, de nossa força, na concretização do projeto de crescimento com sustentabilidade, de bem-estar social para todos, é o meu compromisso e o de todos que ao meu lado me seguirão pelos próximos quatro anos”.

Com essas palavras, reiterarei, na abertura do documento do Plano Plurianual 2012 - 2015, o propósito, declarado no meu discurso de posse de recondução ao Governo do Ceará, de adotar a participação social como princípio para governar. Conclamamos agora buscarmos juntos a realização dos objetivos e metas e o alcance dos resultados que orientam o PPA do próximo quadriênio.

Sem dúvida, esse novo Plano incorpora as diretrizes traçadas a partir das contribuições advindas do compartilhamento de idéias, experiências e expectativas dos grupos de trabalho que apoiaram a continuidade da minha gestão. Por sua vez, a participação democrática da sociedade, que se deu por ocasião das oficinas regionais para elaboração do PPA 2012 – 2015, promovidas em 2011, consolidou a aprovação, pela população, de o Governo seguir buscando aperfeiçoar os resultados das conquistas da primeira gestão, ao mesmo tempo em que contribuiu, nas discussões, para inovação dos programas e projetos.

Dentre as orientações que marcaram a elaboração do presente PPA, destaco: a nova metodologia proposta pelo Governo Federal, à qual o Governo Estadual aderiu, visando conferir à Lei caráter estratégico, superando a condição de orçamento plurianual, com observância do preceito constitucional de estabelecer objetivos, diretrizes e metas; o objetivo expresso de realizar uma gestão por resultados ao apresentar indicadores estratégicos de governo e setoriais; e a apresentação dos compromissos regionais que levará à integração das políticas e pactuação com os entes federados e organizações da sociedade, todos delineando em termos gerais, o Ceará almejado no médio e longo prazos.

Manifesto a minha grata satisfação de nos reunirmos mais uma vez, para a realização do V Fórum de Planejamento Participativo e Regionalizado com o fim de apresentar a programação de Governo para o período 2012-2015 nas oito macrorregiões de planejamento estadual.

O PPA elaborado com a participação da sociedade cearense, por meio de seus legítimos representantes, se deu com a realização das 17 Oficinas Regionais de Planejamento Participativo no período junho/julho de 2011, envolvendo cerca de 4.700 pessoas. Nestes encontros reafirmamos nosso compromisso de promover a interlocução com os cearenses, ampliando e consolidando a coalizão social e política, promovendo o debate inteligente e fomentador de novas idéias.

Continuamos firmes no propósito de alavancar importantes setores de desenvolvimento social e econômico do nosso Estado, com a implantação e fortalecimento da infraestrutura econômica, social e urbana, a dinamização de importantes atividades e a ampliação da oferta de bens e serviços destacando as áreas de saúde, educação, segurança, trabalho e renda voltados para o acesso da população mais carente. Desse modo, prosseguimos com o propósito de aperfeiçoar mecanismos e instrumentos de práticas cidadãs, como o controle eficiente dos programas e indicadores de Governo, que permitirão a tomada de decisão cada vez mais consistente no âmbito da Administração Pública Estadual, além de proporcionar a oportunidade de aumentar o controle social exercido pela sociedade cearense.

Finalizo ressaltando a inestimável contribuição de todos os que, direta e indiretamente, contribuíram para o diálogo social, interlocução federativa, formação das parcerias, e para os trabalhos de apreciação legislativa, traduzidos no conteúdo do Plano Plurianual 2012-2015, acreditando que proporcionará a consolidação de outro desafio que já tem se mostrado real: o Ceará como referência positiva no cenário regional, nacional e internacional.

CID FERREIRA GOMES
Governador

O presente documento tem por objetivo apresentar à sociedade cearense os resultados do processo de participação ocorrido na fase de elaboração do PPA 2012-2015, fruto das discussões que se deram segundo a dimensão territorial do planejamento governamental estadual, procurando contribuir para responder às indagações e demandas oriundas das comunidades regionais e locais.

O trabalho está estruturado formalmente em três tópicos complementares e articulados entre si. O primeiro se inicia com a abordagem das diretrizes estratégicas por Eixos da Política de Governo, iniciando com o enfoque nos avanços ocorridos nos últimos quatro anos da gestão estadual nos setores mais representativos para o desenvolvimento do Ceará.

O segundo tópico descreve como o processo de fortalecimento da participação popular e regionalização das políticas públicas foi implementado pelo governo cearense visando a redução dos desequilíbrios interregionais ainda existentes. O tópico aborda, ainda, a metodologia participativa adotada para a elaboração do Plano Plurianual 2012-2015 sistematizada em duas partes principais: uma associada às escolhas de temas estratégicos para as regiões que fundamentaram os compromissos regionais e outra relacionada às análises de demandas regionais e priorização de ações para orientar a ação pública programática dos próximos anos.

Finalmente é apresentado o Plano Plurianual 2012-2015 consolidado, com enfoque na macrorregião, com o Compromisso Regional, os programas setoriais com as respectivas metas quantificadas para 2012 e 2013-2015 a serem realizados na Macrorregião do Cariri/Centro-Sul, além dos grandes números do PPA.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	05
2. PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL – EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO.....	06
3. A ESTRATÉGIA DA GESTÃO PARTICIPATIVA E REGIONALIZADA	12
3.1. AÇÕES PRIORIZADAS NAS OFICINAS REGIONAIS	14
3.2. TEMAS ESTRATÉGICOS	28
4. PLANO PLURIANUAL - PPA 2012-2015	29
4.1. COMPROMISSOS REGIONAIS.....	29
4.2. PROGRAMAS E METAS REGIONALIZADAS	31
4.3. GRANDES NÚMEROS DO PPA.....	52

2. PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL – EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO

Para a gestão 2012 -2015, o Governo do Estado fundamentou-se nas premissas de aperfeiçoar as políticas que alcançaram bom desempenho, assegurar a continuidade das conquistas da primeira gestão e inovar com criatividade os programas e projetos implementados. Assim, elegeu como desafio a ampliação das oportunidades econômicas e sociais, com avanço das instituições democráticas, em sintonia com o projeto nacional de desenvolvimento econômico com justiça social.

Para realizar o grande salto que o Ceará deve consolidar na atual gestão, foram decisivos os avanços nas políticas sociais. Esses se retratam nos índices que medem a melhoria dos resultados da aprendizagem dos alunos do ensino fundamental e médio, bem como na requalificação da rede escolar, com destaque para a implantação das escolas de educação profissional – ensino médio integrado com o curso técnico profissional. Não se pode deixar de destacar a iniciativa governamental de fortalecer o regime de colaboração com os municípios para alcançar a meta de alfabetização das crianças na idade certa (sete anos), de cooperar técnica e financeiramente com a construção dos Centros de Educação Infantil (CEI) e de contribuir com a melhoria do acesso dos alunos à escola, fortalecendo o programa federal Caminho da Escola (transporte escolar). O programa de expansão do ensino profissional no Estado assegura aos jovens cearenses a formação requerida pelos grandes empreendimentos que se instalarão no Ceará. Os esforços para implantar com o Governo Federal e o empresariado os projetos estratégicos, como a Refinaria, a Siderúrgica, a Zona de Processamento de Exportação (ZPE), a ferrovia Transnordestina e a integração com o rio São Francisco assumem maior relevância pela possibilidade de aproveitamento do potencial criativo e de habilidades da população, em especial

da juventude. Em virtude desse cenário, e complementando a oferta de educação profissional, está em implantação o Centro de Treinamento Técnico Corporativo (CTTC) do Pecém, que será referência na capacitação na área da metalurgia, siderurgia, química e petroquímica.

A educação superior recebeu investimentos na requalificação das instalações, na implantação e equipamentos dos campi das universidades estaduais em que se destacam o da UECE em Itapipoca, e a Cidade Universitária em Iguatu, reunindo a FATEC/CENTEC, a UECE e a URCA. A política de valorização do ensino superior evidenciou-se ainda na elevação dos salários dos professores em 100%, entre os anos de 2007 e 2010.

As conquistas na área da Segurança Pública foram marcadas pelos expressivos investimentos para implantação do Programa Ronda do Quarteirão, na Região Metropolitana de Fortaleza e cidades acima de 50 mil habitantes, na construção de 50 delegacias no Interior, na instalação da Academia Estadual de Segurança Pública e da Divisão de Homicídios e na criação da Perícia Forense, além da ampliação do efetivo policial.

No tocante à área de Saúde, o objetivo que norteou as ações do governo foi o fortalecimento do sistema de saúde no Estado com serviços descentralizados de alta resolubilidade e tratamento humanizado nos níveis da atenção secundária e terciária. As principais iniciativas de ampliação da rede de saúde contemplaram o atendimento médico-hospitalar, de consultas e exames especializados e os serviços de urgência, com a construção do Hospital Regional do Cariri e o início do Hospital Geral da Zona Norte, em Sobral, com a instalação de 21 Policlínicas e 16 Centros de Especialidades Odontológicas nas microrregiões de saúde

do Estado. Integrando-se à política estadual, tem destaque a parceria com o Governo Federal nos projetos de implantação de 32 Unidades de Pronto Atendimento - UPAs, e do serviço do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência).

Para assegurar a infraestrutura requerida para o crescimento da economia e a melhoria das condições de vida no Estado, projetos estratégicos de Governo devem ser consolidados. Dentre esses, figuram a ampliação do Porto do Pecém, a construção dos trechos 4 e 5 do Eixão das Águas, o Metrô do Cariri e de Sobral, o Metrô de Fortaleza, a melhoria do sistema viário, o Cinturão Digital, capaz de prover a internet banda larga em 82% dos municípios do Ceará. Esses investimentos, em articulação e integrados aos grandes projetos estruturantes de impacto econômico - Refinaria e Siderúrgica, parque de Usinas Eólicas, Centro de Feiras e Eventos, Zona de Processamento de Exportação (ZPE), fortalecimento do Agronegócio e apoio à Agricultura Familiar - gerarão novas oportunidades de emprego e renda com reflexos na redução das desigualdades econômico-sociais e regionais.

• EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO

Para o período 2012-2015, o Governo continuará a orientar-se por três grandes eixos de política que estruturam a gestão voltada para resultados: Sociedade Justa e Solidária, Economia para uma Vida Melhor, Governo Participativo, Ético e Competente.

O eixo **“Sociedade Justa e Solidária”** tem na educação o grande vetor de promoção do desenvolvimento pessoal, social, econômico e gerador de oportunidades para a constituição de uma sociedade sustentável. No período 2012-2015, as principais diretrizes que norteiam as ações na área estão voltadas para a educação básica com qualidade e ênfase no sucesso do aluno, promovida em regime de colaboração com os entes federativos; ao ensino médio, comprometido com as

premissas de desenvolvimento pessoal, a preparação para o mundo do trabalho; e à valorização dos profissionais da Educação. No campo do ensino superior e da pesquisa, a desconcentração e interiorização constituem estratégias que se efetivarão com educação técnica e superior à distância, expansão da rede de educação profissional, atração e fixação de pesquisadores no interior estadual, com a concessão de bolsas, e a expansão e garantia do acesso ao serviço de Internet banda larga por meio do Cinturão Digital do Ceará.

A política de saúde está orientada para consolidar as conquistas já alcançadas de garantia da promoção e prevenção da saúde na atenção primária e assegurar resolubilidade nos níveis da atenção secundária e terciária, avançando na descentralização dos serviços no interior estadual. Nesse sentido, ressaltem-se as iniciativas de maior expressão da política no período do PPA, além do funcionamento do Hospital Regional do Cariri – a criação da quarta macrorregião de saúde, com a construção do Hospital Geral do Sertão Central, a conclusão do Hospital Geral da Zona Norte e a implantação de um Hospital de Urgência e Emergência em Fortaleza.

A determinação política de enfrentar a criminalidade e a violência melhorando o sentimento de segurança e tranquilidade dos cearenses continuará a exigir do Governo investimentos em serviços de inteligência e articulação com as redes de segurança estaduais e nacional. Ademais, terá destaque a ampliação da estratégia de polícia comunitária com o aperfeiçoamento e fortalecimento do Programa Ronda do Quarteirão, a modernização científica e tecnológica, a melhoria dos serviços de prevenção do risco, acidentes e desastres e a valorização dos profissionais da área de segurança e sistema prisional.

O combate ao tráfico e prevenção ao uso de drogas, como também da violência social de gênero, sexual, de raça e etnia exigirão tratamento intersetorial das políticas

governamentais, numa ação articulada com os conselhos comunitários de segurança pública e defesa social.

Garantir à sociedade segurança e justiça requer também a melhoria da gestão do sistema penitenciário, bem como a ressocialização e a capacitação profissional de presos e egressos do sistema penal. A garantia ao cidadão dos direitos de defesa e acesso à justiça integral e gratuita terá como principal meta contemplar 100% das comarcas do interior estadual com serviços da Defensoria Pública Geral do Estado (DPGE).

A área de Desenvolvimento Social terá o grande desafio de implementar a política estadual de apoio à universalização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. O Governo adotará ainda, como diretrizes para o desenvolvimento de suas ações: implantação do sistema de segurança alimentar e nutricional, enfrentamento à discriminação de gênero e à diversidade sexual, combate à discriminação e à desigualdade racial.

Outro importante enfoque é o da inclusão produtiva e social da população carente, conjugando ações de assistência com geração de oportunidades para a inserção no mercado de trabalho de micro e pequenos empreendedores, apoio a empreendimentos individuais, associativos, artesanais e redes de economia solidária. Aliada a essa linha da política, a educação profissional inicial e continuada, técnica, tecnológica, focada na expansão do mercado de trabalho, nos médios e grandes empreendimentos, a geração de ocupação, emprego e renda nas cadeias produtivas de maior potencial no Estado, como turismo, serviços, agronegócio, artesanato e nos projetos estruturantes resumem as diretrizes governamentais para a área do trabalho.

A política no âmbito da Cultura visa avançar na ampliação do acesso aos bens culturais, no fortalecimento do processo da gestão democrática, tendo como um

dos instrumentos a institucionalização dos fóruns regionais. As principais ações estarão voltadas ao incentivo aos talentos artísticos e culturais, à valorização e preservação da memória cultural do Estado e ao estímulo à leitura como movimentos de transformação da sociedade cearense.

A promoção do Esporte e Lazer se dará na perspectiva de atividades de integração social e de cidadania, de inclusão e como promotores da qualidade de vida e, portanto, da formação integral das pessoas. Nesse sentido, a formação do sistema estadual de esporte e lazer, com realização de conferências, implantação de fórum permanente de discussão das políticas, constitui a diretriz principal.

A consolidação de investimentos públicos na infraestrutura esportiva contemplará atletas, jovens, idosos e pessoas com deficiência com a instalação de equipamentos socioesportivos, implantação de ciclovias, pistas de skate, preparação de talentos cearenses para as Olimpíadas e Paraolimpíadas Rio 2016.

No período do PPA 2012 -2015, destaque especial encontra-se nas diretrizes traçadas pelo Governo para a realização da Copa do Mundo de 2014 - a criação da Secretaria Especial da Copa, com a função de coordenar as ações interinstitucionais e intersetoriais para a realização das obras e serviços essenciais para a realização do evento. Nesse sentido, ressaltam-se a reforma, modernização e adequação do Estádio Castelão, a coordenação, o monitoramento e a avaliação da execução da Matriz de Responsabilidades celebrada entre as esferas federal, estadual e municipal, além da articulação intersetorial permanente com o Comitê Gestor da Copa 2014 – GECOPA, gerenciado pelo Ministério do Esporte e Casa Civil do Governo Federal, no que se refere às áreas de interesse das diversas câmaras temáticas.

Para a realização das políticas integrantes do eixo Sociedade Justa e Solidária, serão decisivos a integração com as políticas

nacionais, o aporte dos recursos de transferência do Governo Federal e a cooperação com os municípios cearenses. **“Economia para uma Vida Melhor”** é o eixo de desenvolvimento que se volta ao crescimento econômico, ancorado no avanço do setor industrial, na promoção do turismo sustentável, na modernização do comércio e dos serviços e na sustentabilidade do meio rural pelo fortalecimento da agricultura familiar. O avanço proposto para a economia exige inovações, ao mesmo tempo em que requererá investimentos em infraestrutura hídrica, de transporte e comunicação, e para o fortalecimento do setor energético no Estado. Tais estratégias, somadas à promoção do desenvolvimento urbano a partir de uma visão regional, são determinantes para o ordenamento territorial com redução dos desequilíbrios de renda e riqueza entre as regiões estaduais.

A política voltada à economia aponta para um desenvolvimento sustentável com manutenção de aumento do PIB acima da média nacional, proporcionando mais oportunidades e melhoria contínua de qualidade de vida da população. Essa estratégia se apóia no setor de Comércio e Serviços como indutores do crescimento baseado na promoção da capacidade competitiva das empresas e melhoria do ambiente de negócios no Estado. Para o setor industrial, as propostas objetivam a complementação da infraestrutura, a atração de investimentos privados, inclusive para o interior do Estado, bem como a capacitação de recursos humanos e o apoio ao segmento de micro e pequenas empresas no Estado. O Governo trabalhará no sentido de uma indústria e mineração cada vez mais competitivas e inovadoras, articuladas nacional e internacionalmente e em sintonia com as demandas de mercado. As diretrizes na área do desenvolvimento econômico são emblemáticas desta gestão: consolidação de empreendimentos estruturantes como ZPE, Refinaria, Projeto Itataia e Polo Industrial da Saúde (PITS), fomentando as

cadeias produtivas e estimulando o fluxo de novas inversões. Como política de fomento, os incentivos fiscais do Estado visam a intensificar a interiorização do desenvolvimento econômico. O incentivo ao agronegócio, com o estímulo aos novos investimentos, gerará desenvolvimento no meio rural com a ampliação da criação de trabalho e renda para o homem do campo. Outra estratégia de promoção do desenvolvimento sustentável da economia foi a criação da Secretaria da Pesca e Aqüicultura com as diretrizes de promover, incentivar e melhorar a coordenação das ações de revitalização da pesca artesanal marítima, promover o fomento e assistência técnica para o desenvolvimento da pesca e piscicultura em águas continentais, implantar projetos de maricultura para geração de renda em pequenas comunidades pesqueiras litorâneas, realizar o ordenamento da carcinocultura econômica, social e ambientalmente sustentável e a formação continuada dos profissionais, técnicos e pesquisadores vinculados à cadeia produtiva do setor.

Promover a coesão dos territórios rurais com o fortalecimento da Agricultura Familiar, priorizando ações conjuntas de redução da vulnerabilidade às secas e de extensão rural que resultem na adoção de inovações tecnológicas, segurança alimentar e formação de capital social constituem estratégias articuladas da política de desenvolvimento agrário para o avanço sustentável do meio rural, com inclusão social da população dele dependente.

A política para o Turismo no Estado se traduz na estratégia de tornar o Ceará um dos principais destinos turísticos de lazer e eventos do Brasil, reconhecido como um vetor de desenvolvimento econômico sustentável e de promoção social. Esse objetivo exige investimentos na infraestrutura – saneamento e destinação final de resíduos sólidos nos polos turísticos, transporte aéreo regional, nacional e internacional, adequação da estrutura de rodovias, equipamentos

turísticos; promoção e marketing com a parceria dos agentes da cadeia produtiva do setor; melhoria da gestão por meio da interação dos órgãos governamentais, iniciativa privada e sociedade civil e eficiência operacional dos equipamentos turísticos. A construção do Centro de Feiras e Eventos e do Acquário do Ceará representarão marcos na política estadual do Turismo e deverão conferir destaque ao Ceará no País, como, ainda, ampliará sua competitividade no cenário internacional.

Como tema transversal da política pública, o meio ambiente se insere no objetivo estratégico de promover o desenvolvimento sustentável, regional e integrado, estimulando as aptidões locais com equilíbrio e qualidade de vida. Para isso se impõem como diretrizes fundamentais o fortalecimento do Sistema Estadual do Meio Ambiente; a criação de uma política estadual de mitigação e adaptação às mudanças climáticas com o cumprimento da meta brasileira de redução de emissões de carbono e gases causadores do aquecimento global, fortalecimento da política estadual de florestas e da biodiversidade e, em especial, planejamento estratégico para o desenvolvimento econômico com justiça socioambiental considerando a Avaliação Ambiental Estratégica – AAE e o Zoneamento Ecológico Econômico como instrumentos de planejamento e gestão das políticas ambientais.

Para prover a infraestrutura de suporte ao desenvolvimento com sustentabilidade, o Governo Estadual estabeleceu como estratégias prioritárias a elaboração e a implantação do Plano Estadual de Logística e Transporte, a universalização da oferta de energia elétrica nas áreas urbanas e rurais, e o estímulo à oferta de energia de fontes renováveis, como a energia eólica e a utilização de tecnologias modernas de suprimento de energia em instalações hospitalares, empreendimentos turísticos e esportivos. Compõe a diretriz na área de comunicação, a integração do sistema

de comunicação para acesso aos polos de desenvolvimento do Estado. No atual ciclo econômico do Ceará é vital o fortalecimento da infraestrutura logística, compreendendo a ampliação do Porto do Pecém, a diversificação da política de portos (plano de aproveitamento dos portos de Fortaleza, Camocim, Acaraú, Aracati e Icapuí), a política de implantação de rodovias, a recuperação e adequação da malha rodoviária, do sistema metroviário e da rede de aeroportos regionais.

Destaquem-se entre as ações mais importantes a implantação do arco rodoviário metropolitano – ligação da BR-116 (Chorozinho) ao Porto do Pecém, as articulações com o Governo Federal para ampliação dos aeroportos de Fortaleza e Juazeiro do Norte, o estudo para implantação do Veículo Leve sobre Trilhos entre Juazeiro do Norte e Barbalha e entre Parangaba e Mucuripe, em Fortaleza, e as ações estaduais para viabilização da ferrovia Transnordestina. Nesse sentido, o Governo do Estado adotou a iniciativa de encaminhar projetos de financiamento a organismos nacionais e internacionais, bem como alocou recursos no PPA para complementação dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal no Estado.

Por sua vez, a política de desenvolvimento urbano e integração regional se volta para o apoio institucional aos municípios, para o planejamento e controle urbano e ambiental. A estratégia de ampliação da oferta de saneamento básico atenderá à diretriz de universalização dos serviços de água em pequenos centros urbanos e zonas rurais e de esgotamento sanitário, com uso de soluções alternativas. A política habitacional direcionada principalmente para o alcance da melhoria das condições de habitabilidade para as populações de baixa renda integrar-se-á às estratégias de redução da exclusão social.

A diretriz de sustentabilidade do território na área temática em foco tem como ação

prioritária o fortalecimento de cidades-polo como instrumento de dinamização da socioeconomia estadual. Integra ainda a estratégia de desenvolvimento regional e local no Estado e o fortalecimento de arranjos produtivos locais, os quais oferecem potencial competitivo, ao mesmo tempo em que são capazes de articular médias e pequenas empresas com impacto significativo na geração de trabalho nas regiões estaduais.

A política de gestão dos recursos hídricos observará o objetivo de garantir água com qualidade e quantidade adequadas às diversas demandas da população, tendo por princípios a visão integrada sobre os usos, a participação da sociedade na gestão dos sistemas hídricos, a equidade social e a preservação ambiental. Estão definidas como diretrizes para o alcance desse objetivo: gestão descentralizada, integrada e participativa dos recursos hídricos, água para todos, aproveitamento socioeconômico dos recursos hídricos disponíveis, integração da infraestrutura hídrica local com o Projeto do rio São Francisco, uso racional e preservação da água, sistemas de informações cartográficas em escala adequada. Assim, a conclusão do Eixão das Águas (barragem do Castanhão/Sistema de Fortaleza/Pecém) e a transposição do rio São Francisco são estratégicos como base para o desenvolvimento estadual.

Em consonância com o eixo **Governo Participativo, Ético e Competente**, propõe-se para o período 2012-2015, políticas públicas inovadoras, que pressupõem a intersectorialidade para a garantia de direitos e a redução das desigualdades sociais. Desta forma, cabe salientar neste eixo da política, a reestruturação organizacional promovida no Gabinete do Governador para abrigar a nova competência de coordenar as políticas transversais voltadas à juventude, às mulheres, aos idosos, às pessoas com deficiência, à promoção da igualdade racial, à proteção e promoção dos direitos humanos

e à prevenção integral ao uso de drogas lícitas e ilícitas. Esse novo foco da gestão governamental trouxe para o presente PPA os programas multissetoriais de Juventude, Equidade de Gênero, Igualdade Étnico-racial, Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, Enfrentamento às Drogas, Atenção à Pessoa Idosa, Atenção à Pessoa com Deficiência, executados por diversas secretarias setoriais e tendo como órgão gestor o Gabinete do Governador.

Na perspectiva do aperfeiçoamento do processo democrático, a presente gestão estabeleceu, entre as suas diretrizes, o aperfeiçoamento da relação entre o Governo e a Sociedade, com o aprimoramento dos atuais canais de gestão participativa na formulação e controle das políticas públicas. A iniciativa de realização do “Governo na Minha Cidade” já se constitui marca da gestão, assim como o processo de elaboração e monitoramento participativo do PPA nas regiões estaduais. Importa ressaltar, por sua vez, a auscultação, realizada na elaboração do Plano, às instâncias de participação e conselhos estaduais gestores de políticas públicas como Criança e Adolescente, Pessoa Idosa, Pessoa com Deficiência, Assistência Social, Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Cidades, Segurança Pública entre outros, e a articulação de suas propostas com as prioridades colhidas nas oficinas regionais e com as linhas estratégicas das políticas setoriais.

Ainda com o objetivo de manter a transparência, a auscultação à população será facilitada com o canal de acesso ao Governo da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado e dos ouvidores das demais secretarias. O Governo compromete-se ainda com uma comunicação social com qualidade, voltada para esclarecer o cidadão. A política de gestão potencializará a utilização da Internet como instrumento de divulgação das ações e prestação das contas do Governo e como espaço de interação entre as secretarias e seu público-alvo.

3. A ESTRATÉGIA DA GESTÃO PARTICIPATIVA E REGIONALIZADA

A elaboração do Plano Plurianual 2012-2015 fundamentou-se na premissa de aprofundar a participação e o diálogo com a sociedade, levando à adoção do recorte territorial que privilegiasse a identidade regional, tendo em vista facilitar o consenso sobre questões de interesse comum. Esse propósito resultou no planejamento das oficinas regionais focado nas microrregiões estaduais, garantindo a participação de maior número de representantes, a melhor precisão e qualidade das informações.

Considerando o objetivo último de induzir a interiorização do desenvolvimento e de contribuir para redução das desigualdades espaciais e sociais, o processo de participação foi definido em duas dimensões: Participativa e Regionalizada e Institucional, com a auscultação das regiões e dos conselhos de políticas públicas e, numa segunda fase, com a análise para incorporação das prioridades regionais ao conteúdo programático das áreas setoriais.

No âmbito da dimensão Participativa e Regionalizada, foram realizadas dezessete "Oficinas Regionais" com o objetivo de dialogar com representações da sociedade, do poder local e do setor privado dos 184 municípios cearenses organizados em espaços microrregionais. As Oficinas foram realizadas, numa coordenação conjunta da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG e da Vice-Governadoria, com apoio das equipes técnicas das diversas secretarias setoriais. Esses órgãos assumiram o papel de apresentar as diretrizes e esclarecer sobre os aspectos voltados para a sua atuação/responsabilidade, contribuindo com o processo de análise e definição das propostas regionais e subsidiando a tomada de decisão sobre políticas e programas a serem contemplados no PPA 2012-2015. O diálogo com os conselhos de políticas públicas permitiram, também, indicar propostas prioritárias para atuação por parte do Governo, no período do PPA, em áreas temáticas estratégicas, reforçando a articulação com os segmentos representados.

Como instrumento metodológico para subsidiar as discussões nas Oficinas Regionais, foi elaborado o documento "caderno regional", contendo a consolidação de quatro relatórios propositivos de eventos já realizados e que tinham como objetivo precípuo a oferta de contribuições à nova gestão do governo Cid Gomes. O primeiro foi "**Diretrizes para o Plano de Governo – DPG**", resultado das reuniões ocorridas durante o processo eleitoral, com a participação de aproximadamente dez mil pessoas pertencentes às diversas regiões do Estado do Ceará.

Os dez encontros regionais promovidos pela Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará – APRECE, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, subsidiaram a redação da "**Carta dos Municípios Cearenses - CMC**", cujo objetivo é nortear a atuação dos 184 municípios do Estado na busca pelo desenvolvimento, a partir do levantamento de demandas, expectativas e sugestões de políticas públicas.

Sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA, foi elaborado, de forma regionalizada e participativa, o "**Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável – PTDRS**" com a finalidade de promover a gestão social e sustentável dos diversos territórios estaduais, tendo como premissa básica a cooperação entre os territórios, microterritórios e seus municípios, o respeito às especificidades locais e às opiniões dos segmentos envolvidos.

Por fim, a realização do **IV Fórum Estadual do PPA Participativo e Regionalizado**, resultado de uma parceria entre a SEPLAG e a Vice-Governadoria, significou a culminância do processo desenvolvido, nos últimos quatro anos, direcionado ao fortalecimento do controle social e da transparência na gestão pública.

Neste encontro, 380 participantes avaliaram os avanços ocorridos neste período e

propuseram prioridades estratégicas para serem incluídas no PPA 2012/2015.

O trabalho desenvolvido nas Oficinas Regionais, realizadas em 2011, propiciou aos participantes a oportunidade de indicar dez propostas voltadas às necessidades de sua região, para serem consideradas na estruturação dos programas do PPA e regionalização de suas metas (ranking das 10+). Possibilitou, também, um momento de superação da visão setorial, dando lugar a uma reflexão mais ampla sobre a dimensão do aspecto regional, com a escolha dos "Temas Estratégicos" de relevância para o desenvolvimento do território, pensados a partir de seus ativos, suas potencialidades e vocações, ou ainda com base em alguma demanda histórica.

Tais proposituras, em consonância com indicadores da realidade regional, serviram de subsídios para a construção de "Compromissos Regionais", constituindo-se estes em declarações de governo para realização de estratégias e

acompanhamento de um desenvolvimento integrado das regiões do Estado. Como resultante da dimensão participativa e regionalizada, o Governo incorporou os temas como orientadores da ação pública programática no documento PPA 2012-2015, traduzidos no capítulo de Compromissos Regionais e no descritivo das Metas e Iniciativas governamentais.

A próxima etapa do processo, compreendida como monitoramento das ações e projetos de forma participativa e regionalizada, visa a fortalecer o controle social e a assegurar a transparência e o acesso à informação, e dar-se-á mediante a realização anual de eventos participativos em nível das macrorregiões e dos territórios de identidade, visando sobretudo à prestação de contas e o monitoramento e revisão participativa do PPA.

O esquema abaixo apresenta o fluxo do processo de gestão participativa e regionalizada do PPA 2012-2015:



Ressaltamos que a Gestão Participativa e Regionalizada do PPA possui um potencial de transformação, pois impulsiona a mobilidade social no sentido de melhorar as condições de vida do lugar e possibilita

o exercício do poder coletivo ajudando a transformar a realidade imposta para a realidade que desejamos de maneira consciente, construindo, dessa forma, um "Ceará Melhor para Todos".

O quadro abaixo sintetiza a participação da população nas 17 Oficinas Regionais

distribuídas nas sedes de suas respectivas macrorregiões:

PARTICIPANTES DAS OFICINAS REGIONAIS DO PPA PARTICIPATIVO, SEGUNDO AS MACRORREGIÕES

MACRORREGIÃO	SEDE DA OFICINA	DATA DA OFICINA	PARTICIPANTES
RMF	Fortaleza	22/07/2011	240
LITORAL OESTE	Camocim	20/07/2011	246
	Itapipoca	21/07/2011	260
SOBRAL/IBIAPABA	Tianguá	29/06/2011	184
	Sobral	30/06/2011	207
SERTÃO DOS INHAMUNS	Crateús	16/06/2011	264
	Tauá	17/06/2011	373
SERTÃO CENTRAL	Mombaça	21/06/2011	258
	Quixeramobim	22/06/2011	246
	Canindé	14/07/2011	151
BATURITÉ	Baturité	13/07/2011	243
LITORAL LESTE/JAGUARIBE	Jaguaribe	02/06/2011	244
	Aracati	26/07/2011	496
CARIRI/CENTRO-SUL	Icó	01/06/2011	372
	Brejo Santo	09/06/2011	262
	Juazeiro do Norte	08/06/2011	384
	Iguatu	04/07/2011	250
TOTAL DE PARTICIPANTES			4.680

Fonte: SEPLAG/CPLOG

3.1 - AÇÕES PRIORIZADAS NAS OFICINAS REGIONAIS

A priorização de ações setoriais foi subsidiada pelas discussões e análise da realidade dos territórios à luz dos indicadores regionais e das demandas (propostas de ações) consolidadas no caderno regional distribuído aos participantes por ocasião

de cada Oficina. Dentro dessa perspectiva, os participantes elegeram, em grupos de trabalho temáticos, as 10 ações prioritárias, por meio de votação (ranking das 10+), cujos resultados encontram-se a seguir:



TERRITÓRIO DO SERTÃO CENTRAL

Quixeramobim, Banabuiú, Boa Viagem, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibaretama, Ibicuitinga, Madalena, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Senador Pompeu e Solonópole.

EIXO SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

TEMA: EDUCAÇÃO BÁSICA

RANKING	AÇÃO
1 ^a	Promover a melhoria e a ampliação do serviço de transporte escolar, para garantir a segurança e a qualidade ao transporte dos estudantes.
2 ^a	Reestruturar a carreira do magistério e estruturar a carreira dos servidores técnico-administrativos, com a realização de concurso público.
3 ^a	Construir, ampliar, reformar escolas e quadras poliesportivas, garantindo também a adequação de estruturas para a educação inclusiva e disponibilização de materiais.
4 ^a	Dar continuidade à promoção da educação ambiental nas escolas, incentivando professores, alunos e gestores como agentes de responsabilidade social e ambiental.
5 ^a	Fortalecer a capacidade do Estado de formar professores para o adequado atendimento aos alunos com necessidades especiais.
6 ^a	Disponibilizar bolsas de monitoria para alunos que tenham bom desempenho escolar.
7 ^a	Dar continuidade ao programa de construção de escolas do ensino nos distritos mais populosos e em assentamentos rurais de reforma agrária.
8 ^a	Apoiar a ampliação do atendimento pedagógico das crianças de 0 a 06 anos.
9 ^a	Viabilizar a aquisição e a manutenção de laboratórios escolares (informática e ciências), implementando programa de aquisição de laptops para professores da rede estadual com acesso livre à internet banda larga por todos os professores da rede pública.
10 ^a	Desenvolver ações que acelerem o processo de universalização do acesso à pré-escola (crianças de quatro e cinco anos), com o compromisso de construção de 240 Centros de Educação Infantil – CEIs, através de parceria do Estado com a União e os Municípios.

TEMA: EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

RANKING	AÇÃO
1 ^a	Instalar o Polo Industrial e Tecnológico da Saúde.
2 ^a	Consolidar e expandir a rede de ensino profissional no interior do Estado, promovendo a melhoria do ensino de graduação, estimulando a mobilidade acadêmica, ampliando os programas para a formação de jovens para o mercado de trabalho, garantindo a interiorização do ensino superior através de núcleos da UECE, consolidando o CENTEC de Quixeramobim.
3 ^a	Ampliar e modernizar a infraestrutura dos diversos cursos de graduação.
4 ^a	Assegurar o apoio tecnológico às políticas públicas do Estado, fortalecendo a extensão universitária e a tecnológica, como instrumento de disseminação da ciência, da tecnologia e da integração da universidade com a sociedade, implantando cursos profissionalizantes nas escolas de ensino médio dos municípios/região observando a realidade vocacional, em parceria estado/município.
5 ^a	Articular com o Governo Federal a criação de duas novas universidades federais no Ceará; uma na região norte e outra no Cariri, implantando a universidade pública e gratuita no Sertão Central.
6 ^a	Implantar um Campus Universitário no Micro Território II em Senador Pompeu.
7 ^a	Instituir Programa de Bolsas de Estudos para alunos de baixa renda.
8 ^a	Fortalecer a inovação tecnológica no setor agropecuário para a inserção competitiva da agricultura familiar no Estado do Ceará.
9 ^a	Buscar universalizar os programas de inclusão digital, garantindo o acesso à internet a toda a população cearense, com o objetivo de redução dos custos de conexão banda larga nos municípios, aumentando a qualidade e a velocidade da rede.
10 ^a	Garantir o incentivo financeiro e o oferecimento de cursos de pós-graduação e mestrado nas unidades universitárias do interior nas diversas modalidades.

TEMA: SAÚDE

RANKING	AÇÃO
1 ^a	Manter e ampliar os repasses financeiros aos municípios, apoiando-os financeiramente na melhoria da infraestrutura das equipes do PSF, criando incentivo estadual anual para custeio da atenção primária via FECOP, buscando a Universalização da Estratégia de Saúde da Família e planejando a ampliação da Rede de Transporte para os usuários do SUS (Transporte Sanitário).
2 ^a	Ampliar a "Acessibilidade aos Portadores de Deficiências".
3 ^a	Universalizar o SAMU em todo o Estado do Ceará, com a implantação dos quatro Polos.
4 ^a	Apoiar e ampliar a rede CAPS AD, com funcionamento 24h, incluindo 100% dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, à Rede de Telessaúde.
5 ^a	Consolidar as Policlínicas e Centros de Especialidades Odontológicas - CEO, com ampliação do acesso à população a serviços de saúde especializados.
6 ^a	Aumentar recursos financeiros para a atenção secundária e terciária, implantando 32 Unidades de Pronto Atendimento - UPAs, em todo Estado.
7 ^a	Implantar o Programa de Valorização dos Trabalhadores e Promoção de Ambientes de Trabalho Saudáveis, mantendo os critérios técnicos e processo seletivo para ocupação dos cargos na Saúde.
8 ^a	Construir Farmácias Especiais do Estado para dispensa dos medicamentos de alto custo.
9 ^a	Implantar Programa Estadual de (Des)hospitalização, planejando a implementação das residências multiprofissionais, Residência em Saúde Mental e de Medicina de Família.
10 ^a	Beneficiar os municípios com equipamentos de saúde, nos Hospitais de Pequeno Porte - HPP, Hospitais-Polo, Filantrópicos etc., através do novo Fundo Estadual de Atenção Secundária à Saúde.

TEMA: DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

RANKING	AÇÃO
1 ^a	Desenvolver ações para prevenção e enfrentamento do <i>crack</i> e de outras drogas, articuladas com as organizações da sociedade civil e dos municípios integrando a execução do Programa de Enfrentamento ao <i>Crack</i> e a outras Drogas.
2 ^a	Estudar a implantação de Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional fortalecendo e ampliando a rede de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, tais como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e banco de alimentos, incentivando políticas de fomento aos arranjos produtivos, com foco no desenvolvimento local.
3 ^a	Formar consórcios intermunicipais para a implantação de CREAS e serviços de acolhimento regionalizados, destinado ao atendimento a crianças, adolescentes, idosos, mulheres e outros seguimentos vítimas de violência, implantando o programa de unidade Centro Dia para atendimento à pessoa idosa e estudar a implantação de Casas de Passagem e Abrigos.
4 ^a	Capacitar, de forma continuada, os atores sociais do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, implantando o programa de formação de grupos artísticos, através da arte e da cultura, visando à ressocialização de crianças e adolescentes.
5 ^a	Fomentar a Política de Incentivo à criação e à manutenção de empreendimentos de inclusão tecnológica, criando programa com ações inovadoras de qualificação tecnológica e social para jovens e suas famílias.
6 ^a	Universalizar o programa de reforma sociais - PROARES.
7 ^a	Criar o centro de inclusão social e produtiva para pessoas com deficiência.
8 ^a	Promover e realizar campanhas educativas de prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher.
9 ^a	Ampliar programas sociais como Primeiros passos, Apoio ao idoso, dentre outros, via STDS.
10 ^a	Criar um programa/política estadual de inclusão produtiva de populações abaixo da linha de pobreza, executando-o em parceria com a sociedade civil, com o objetivo de eliminar a extrema pobreza no Ceará.

TEMA: CULTURA

RANKING	AÇÃO
1 ^a	Planejar a ampliação de recursos para o financiamento das políticas públicas de cultura, criando projeto de lei para vincular 1,5% do orçamento do estado para as ações da secretaria da cultura e sensibilizar os municípios para definir, também, percentual orçamentário para o setor.
2 ^a	Mapear, conhecer e divulgar a diversidade cultural cearense, incentivando e apoiando a formação de corais, grupos musicais e instrumentais, bandas de música, grupos de dança, dentre outros.
3 ^a	Dobrar o valor do edital para quadrilhas juninas até o final de 2014.
4 ^a	Buscar a universalização dos programas de formação e capacitação profissional em cultura, artes e ofícios em rede, planejando a implantação de programas de capacitação de gestores públicos de cultura e de produtores culturais e estruturar mecanismos de capacitação na elaboração de projetos culturais.
5 ^a	Implantar equipamentos em Centros Culturais ou Pontos de Cultura.
6 ^a	Planejar a criação de programas de apoio à produção cultural e artística do Ceará, criando novos editais, prêmios, memoriais, implantando o Edital do Humor.
7 ^a	Implantar uma rede de equipamentos culturais públicos regionais.
8 ^a	Implantar, reabrir museus, capacitar museólogos e preservar a Casa de Memória.
9 ^a	Consolidar as relações entre cultura e educação, tendo na escola um espaço de fruição, de experimento e de valorização da arte e da cultura.
10 ^a	Ampliar os programas de recuperação e preservação dos patrimônios material e imaterial.

TEMA: ESPORTE

RANKING	AÇÃO
1 ^a	Consolidar a realização continuada de cursos de capacitação e de formação profissional nas áreas de esporte e lazer.
2 ^a	Planejar a implantação de academias ao ar livre nos espaços urbanos e rurais.
3 ^a	Firmar parcerias permanentes com o movimento social organizado e com os órgãos de segurança pública, atuando na prevenção do uso de drogas e na reabilitação do usuário, lançando edital público para seleção e contratação dos melhores projetos esportivos sociais.
4 ^a	Realizar estudos e pesquisas, visando à criação de uma base de dados para o mapeamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos equipamentos, programas e projetos esportivos no Estado do Ceará, implantando um cadastro de Jovens Talentos Esportivos da Rede Pública Estadual de Ensino.
5 ^a	Desenvolver parcerias para a construção de Centros Poliesportivos Regionais, para servir como polo de formação de atletas, criando núcleos de esportes olímpicos na Rede Pública de Ensino.
6 ^a	Garantir a realização da Conferência Estadual do Esporte.
7 ^a	Consolidar a interiorização das ações do Projeto Mão Amiga, garantindo a continuidade do Projeto Viva Mais, garantindo também a continuidade do Projeto Esporte na Minha Cidade, cujos eventos sejam realizados durante as festividades do calendário municipal.
8 ^a	Garantir os projetos específicos de esporte e lazer para idosos e pessoas com deficiência (Jogos Paraolímpicos, Jogos da Feliz Idade, Academia de Pilates, Academia Popular e outros), articulando-se com instituições educacionais a formação profissional em educação física para atendimento à terceira idade e a pessoas com deficiência.
9 ^a	Apoiar a realização das Paraolimpíadas Escolares.
10 ^a	Estabelecer um calendário esportivo anual contemplando os interesses dos diferentes atores da área do esporte e lazer.

TEMA: SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E DEFENSORIA

RANKING	AÇÃO
1 ^a	Dar continuidade à política de ampliação dos quadros dos profissionais do Sistema de Segurança Pública, Sistema Penitenciário e Defensores Públicos.
2 ^a	Incrementar o processo de interiorização da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros, da Perícia Forense e da Defensoria Pública.
3 ^a	Formular uma Política de Cargos e Salários para os policiais militares e civis, bombeiros, agentes penitenciários, defensores públicos e demais profissionais de segurança pública.
4 ^a	Planejar a implantação de postos de policiamento comunitário através dos GPM nas áreas rurais.
5 ^a	Criar e implantar um programa estratégico de educação à cidadania, voltada à prevenção e ao combate ao uso das drogas lícitas ou ilícitas, notadamente entre crianças e adolescentes, estendendo o atendimento a suas respectivas famílias, com a ampliação do PROERD e do Programa JBV – Jovem Bombeiro Voluntário.
6 ^a	Capacitar, profissionalmente, o preso do regime aberto e semiaberto, absorvendo a mão de obra de egressos no mercado de trabalho, notadamente em serviços e obras públicas.
7 ^a	Viabilizar ações do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.
8 ^a	Planejar a inclusão de Educação em direitos em cidadania e em prevenção de riscos na grade escolar do Ensino Médio e formação de professores e multiplicadores.
9 ^a	Interiorizar o Corpo de Bombeiros.
10 ^a	Realizar, periodicamente, avaliações e acompanhamento psicológicos nos profissionais de segurança pública.

EIXO: ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR**TEMA: DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E PESCA**

RANKING	AÇÃO
1 ^a	Assegurar a continuidade dos Programas PNAE, PAA e Hora de Plantar.
2 ^a	Buscar universalizar o Programa Garantia-Safra.
3 ^a	Estruturar uma política estadual de ATER pública, que atenda às necessidades da Agricultura Familiar, formando profissionais para o Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, comprometidos com os princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER.
4 ^a	Reforçar os financiamentos do Projeto São José, FEDAF, FECOP e demais fontes de financiamento voltados para a organização da produção e da comercialização, apoiando a produção de base familiar para os processos de padronização, apresentação e certificação dos produtos, ampliando os investimentos em estruturas de armazenamento e transporte da produção e planejando a implantação de centrais de comercialização e de apoio à Agricultura Familiar.
5 ^a	Ampliar o sistema de saneamento básico no meio rural.
6 ^a	Reconhecer os colegiados territoriais como espaços de debates e de proposições para outras ações desenvolvidas pelo governo do estado com destaque para o PPA e o governo.
7 ^a	Estudar a isenção dos produtos do PNAE do ICMS e da taxa de emissão da nota fiscal.
8 ^a	Ampliar o Programa Hora Sazonal, dupla tarifa de energia.
9 ^a	Aperfeiçoar o Programa de Inclusão Digital no meio rural.
10 ^a	Desenvolver ações para universalizar o acesso à água para o consumo humano no meio rural, criando um programa de aproveitamento da infraestrutura hídrica existente para a produção familiar irrigada.

TEMA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

RANKING	AÇÃO
1 ^a	Estudar a revisão da política tributária/fiscal e de incentivos para o desenvolvimento do Agronegócio, envidando esforços na busca de soluções para equacionar o endividamento rural.
2 ^a	Planejar a criação do Fundo de Aval com objetivo de desburocratizar o crédito para o setor do Comércio e Serviço.
3 ^a	Proporcionar Infraestrutura e Logística adequadas para o crescimento e integração do agronegócio estimulando a criação de Centrais de Negócios, proporcionando maior competitividade, garantindo a intensificação da interiorização das indústrias, através da implantação e ou ampliação de infraestrutura (água, saneamento, pavimentação, rede elétrica, telefonia, galpão), capacitação da mão-de-obra e incentivos com o ICMS.
4 ^a	Incentivar a agroindustrialização para dinamizar a economia agrícola local e regional.
5 ^a	Incentivar a criação de Polos formadores de profissionais, por meio das escolas profissionalizantes e estudar a instalação de escolas de nível superior.
6 ^a	Liberar recursos para apoio a projetos produtivos, mandalas ou quintais produtivos, ampliação do PAA, e tudo que possa gerar renda ao agricultor familiar e incentivos à compra de bens e serviços (prefeituras) na economia local.
7 ^a	Promover o máximo aproveitamento dos recursos hídricos de irrigação, atraindo investimentos para a geração de emprego e renda.
8 ^a	Criar programas de divulgação, distribuição e comercialização dos produtos cearenses para os mercados interno e externo.
9 ^a	Planejar métodos de incentivos à implantação de pousadas e melhoria dos equipamentos de hospedagem já instalados.
10 ^a	Incentivar a criação de Polos formadores de profissionais, por meio das escolas profissionalizantes e estudar a instalação de escolas de nível superior em setores como hotelaria e gastronomia.

TEMA: DESENVOLVIMENTO URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

RANKING	AÇÃO
1 ^a	Estimular a implantação da gestão consorciada de políticas de saneamento ambiental (água, esgoto, resíduo sólido) e transporte público.
2 ^a	Urbanizar as favelas em bairros periféricos e pavimentar as sedes dos distritos municipais.
3 ^a	Estimular e apoiar os municípios na elaboração dos planos municipais de saneamento ambiental, que deverão estar prontos até 2013, incentivando a criação de sistemas municipais de planejamento e controle ambiental urbano, apoiando a melhoria ambiental dos espaços urbanos por meio da qualificação dos logradouros públicos (ruas e praças), recuperando os recursos ambientais com a criação de parques e arborização urbana e planejando a eliminação das ocupações em áreas de risco.
4 ^a	Preservar os sítios e monumentos históricos, o patrimônio cultural (material e imaterial) e o patrimônio ambiental.
5 ^a	Estimular a constituição de consórcio intermunicipal para gestão de aterros sanitários.
6 ^a	Apoiar os municípios na elaboração e na implantação dos planos e programas municipais de habitação de interesse social, substituindo as moradias precárias construídas em taipa por sistemas construtivos adequados à saúde, à segurança e ao conforto habitacional.
7 ^a	Apoiar os empreendimentos produtivos de base comunitária e Arranjos Produtivos Locais – APL.
8 ^a	Universalizar o saneamento dos municípios, implantando soluções alternativas de esgotamento sanitário.
9 ^a	Estudar a criação de um Fundo de Desenvolvimento Urbano e Integração Regional.
10 ^a	Apoiar os municípios na implantação e na atualização de seus cadastros técnicos. Atualizar a base cartográfica e a espacialização dos dados socioeconômicos por município e região.

TEMA: MEIO AMBIENTE

RANKING	AÇÃO
1ª	Promover a recuperação dos recursos ambientais, combatendo a desertificação.
2ª	Fortalecer os órgãos ambientais para efetivar a fiscalização: da venda e consumo dos agrotóxicos, da prática das queimadas, dos desmatamentos, das áreas de preservação e conservação ambiental, fauna e flora, reestruturando, regionalizando e descentralizando a SEMACE – Superintendência Estadual do Meio Ambiente - assegurando o cumprimento eficaz da Política Ambiental do Estado do Ceará.
3ª	Criar o “Prêmio Jovem Ambientalista”, para premiar escolas e estudantes, como forma de incentivo às idéias inovadoras e ambientalmente corretas.
4ª	Capacitar jovens para serem agentes de proteção e educação ambiental, disponibilizando bolsas de incentivo, estudando a criação do programa de Agente Ambiental.
5ª	Fomentar projetos relacionados com o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL e com o Programa Carbono Zero.
6ª	Criar política para a Agroecologia, assegurando o envolvimento dos produtores na agricultura orgânica.
7ª	Elaborar e executar programas e projetos de educação ambiental para capacitação dos professores (palestras, seminários, visitas in loco, programas de rádio), estendendo-se a toda sociedade civil e desenvolvimento de ações de educação ambiental que contemplem a extração de carvão, venda de madeira e reflorestamento de forma sustentável e substituição dos agrotóxicos.
8ª	Elaborar Plano de Monitoramento da Qualidade do AR, expandindo as ações para as áreas metropolitanas, distritos industriais e áreas portuárias, tornando-o um dos instrumentos básicos de gestão ambiental para a proteção da saúde, planejando o cumprimento da meta brasileira de redução de emissões de carbono e gases, causadores do aquecimento global.
9ª	Apoiar a revisão dos Planos Diretores Participativos Municipais voltados para execução da política de Desenvolvimento Urbano e Ambiental.
10ª	Estudar a instituição do pagamento por serviços ambientais para a conservação e preservação dos recursos naturais.

TEMA: RECURSOS HÍDRICOS

RANKING	AÇÃO
1ª	Construir o açude Cruzeta em Pedra Branca.
2ª	Planejar a execução de obras (barragens vertedouras e barragens subterrâneas) para otimizar a perenização dos rios, bem como desenvolver estudos hidroambientais das bacias hidrográficas, identificando as fontes de poluição dos recursos hídricos.
3ª	Implantar sistemas de adutoras para atendimento de populações urbanas do interior do Estado.
4ª	Finalizar a construção do Eixão das Águas e iniciar o Cinturão das Águas.
5ª	Buscar mecanismos para monitorar a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos do Estado, implementando ações educativas visando ao uso racional e à preservação dos recursos hídricos.
6ª	Desenvolver um sistema inteligente e integrado de informações, para tomada de decisão na gestão dos recursos hídricos do Estado.
7ª	Expandir a prática da tecnologia de coleta de água da chuva (incentivo à construção de cisternas e mandalas).
8ª	Ampliar os investimentos no setor de saneamento.
9ª	Elaborar plano para definição de soluções alternativas e de modelo de gestão, com base em critérios técnicos e sócioeconômicos, estabelecendo o programa “ÁGUA PARA TODO O CEARÁ”, universalizando o abastecimento de água no Estado.
10ª	Estudar a implantação de pequenos sistemas de abastecimento de água (poços com chafarizes dessalinizadores, cisternas, barragens subterrâneas) no campo, priorizando o uso de energias alternativas.

TEMA: TURISMO

RANKING	AÇÃO
1ª	Planejar métodos de incentivo à implantação de pousadas e melhoria dos equipamentos de hospedagem já instalados.
2ª	Incentivar a criação de polos formadores de profissionais, por meio das escolas profissionalizantes e estudar a instalação de escolas de nível superior em setores como hotelaria e gastronomia.
3ª	Formar agentes turísticos no território.
4ª	Realizar inventário da oferta turística; criar, implantar e promover o roteiro turístico integrado regional.
5ª	Implantar uma Política de Valorização do Turismo Sustentável, capacitando, profissionalmente, as populações nativas.
6ª	Incentivar o empreendedorismo e a responsabilidade social nas regiões turísticas com a participação da comunidade.
7ª	Fortalecer o programa de capacitação para profissionais da cadeia produtiva do turismo.
8ª	Sensibilizar a população sobre a qualidade dos serviços turísticos quanto à percepção da importância econômica do turismo para o Ceará.
9ª	Planejar meios que incentivem a instalação de equipamentos que estimulem a atração de turistas de médio e baixo poderes aquisitivos, como forma de fortalecer a cadeia produtiva do turismo.
10ª	Promover gestão participativa com controle social, para garantir o desenvolvimento do turismo sustentável.

TEMA: INFRAESTRUTURA

RANKING	AÇÃO
1ª	Construir e ampliar rodovias vicinais, ligando os distritos à sede municipal, contruir também novas rodovias estaduais, Instituição de programa de melhoramento das estradas vicinais dos municípios para possibilitar o uso de ônibus adequados ao transporte escolar.
2ª	Construir a estrada que liga o município de Piquet Carneiro ao município de Senador Pompeu.
3ª	Ampliar os investimentos no setor de saneamento.
4ª	Construir a Estrada Irapuan Pinheiro – Acopiara, da Estrada Mombaça – Capitão-Mor (Pedra Branca) e da Estrada Mombaça – Catarina.
5ª	Articular-se com o Governo Federal para a implantação da Ferrovia Nova Transnordestina no ramal Nova Russas-Quixeramobim, passando por Itataia.
6ª	Planejar a correção do traçado das rodovias estaduais, com a finalidade de eliminar os locais potencialmente perigosos (alargamento de cortes e melhorias das curvas), planejando a viabilização para os contornos rodoviários, retirando o tráfego pesado das cidades localizadas nos corredores produtivos.
7ª	Articular-se com Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para a inserção de uma tarifa diferenciada para o Sistema de Recursos Hídricos e o meio rural, atendendo prioritariamente a agricultura familiar, planejando o reforço do Sistema Elétrico Rural, passando de monofásico para trifásico.
8ª	Ampliar a restauração de rodovias com destaque para conclusão da ligação Senador Pompeu a Quixeramobim via Encantado.
9ª	Ampliar a implantação de novas rodovias, destacando a ligação da BR 020 à CE - Quixeramobim - Madalena.
10ª	Planejar a implantação da Telefonia Móvel nos distritos através de estações repetidoras – ERP, em parceria.

TERRITÓRIO SERTÃO DO CANINDÉ

Canindé, Caridade, General Sampaio, Itatira, Paramoti, Santa Quitéria

EIXO: SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

TEMA: EDUCAÇÃO BÁSICA

RANKING	AÇÃO
1ª	Fortalecer o regime de colaboração com os municípios (PAIC) para garantir o sucesso da alfabetização das crianças e a elevação do nível de aprendizagem dos alunos das séries iniciais, como estratégia para a progressiva qualificação da Escola Pública do Ceará.
2ª	Promover a melhoria e a ampliação do serviço de transporte escolar, para garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes.
3ª	Fortalecer, ampliar e qualificar as ações voltadas para educação especial e inclusão educacional, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação do campo e temas transversais.
4ª	Assegurar a evolução do desempenho escolar dos estudantes para que aprendam o esperado ao final de cada série e etapa da educação básica, tendo como medidas de referência avaliações externas como a Prova Brasil, o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, e o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica – SPAECE.
5ª	Aperfeiçoar e expandir a proposta específica de educação do campo.
6ª	Dar continuidade à promoção da educação ambiental nas escolas, incentivando professores, alunos e gestores como agentes de responsabilidade social e ambiental.
7ª	Consolidar e ampliar a oferta diversificada do Ensino Médio, articulado com a educação profissional e com a continuidade dos estudos em nível superior.
8ª	Revitalizar o Ensino Médio noturno por meio da reorganização do tempo pedagógico, das sequências didáticas e de material didático específico.
9ª	Ampliar as escolas técnicas profissionalizantes para os municípios de pequeno porte.
10ª	Dar continuidade ao programa de construção de escolas de ensino médio nos distritos mais populosos e em assentamentos rurais de reforma agrária.

TEMA: EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

RANKING	AÇÃO
1ª	Implantação de Universidade Pública e Gratuita no Sertão Central com criação de sede própria.
2ª	Aperfeiçoar o Sistema de Educação Superior no Ceará.
3ª	Interiorizar o ensino superior através de núcleos da UECE.
4ª	Fortalecer a inovação tecnológica no setor agropecuário para a inserção competitiva da Agricultura Familiar no Estado do Ceará.
5ª	Consolidar as ações da FUNCAP voltadas para a formação de recursos qualificados (programas de bolsas acadêmicas de iniciação científica, mestrado, doutorado e fixação de pesquisadores), para o provimento de infraestrutura para a pesquisa.
6ª	Prospectar a abertura, de forma integrada e interinstitucional, de novos cursos para formação de professores em áreas estratégicas, para atender aos projetos estruturantes do Estado.
7ª	Ampliar os programas para a formação de jovens para o mercado de TI e estimular a criação de incubadoras de empresas de bases tecnológica e social, articuladas com o empreendedorismo e associativismo locais e das comunidades.
8ª	Fortalecer a extensão universitária e a tecnológica, como instrumento de disseminação da ciência, da tecnologia e da integração da universidade com a sociedade.

9ª	Buscar universalizar os programas de inclusão digital, garantindo o acesso à Internet a toda a população cearense, com o objetivo de reduzir custos de conexão banda larga nos municípios, aumentando a qualidade e a velocidade da rede.
10ª	Implantar programa de bolsa de estudos para alunos de baixa renda com recursos do FECOP.

TEMA: SAÚDE

RANKING	AÇÃO
1ª	Apoiar financeiramente os municípios, na melhoria da infraestrutura das equipes do PSF.
2ª	Construir um hospital no Sertão de Canindé.
3ª	Revisar a Política de Financiamento dos Hospitais-Polo, com base em indicadores de resultados.
4ª	Manter e ampliar os Repasses Financeiros aos municípios.
5ª	Construir Casas de Acolhimento e Cuidado aos dependentes químicos de crack e de outras drogas, com trinta leitos cada. Seis Casas na capital e Casas no interior (uma por regional de saúde).
6ª	Reestruturar as unidades básicas de saúde (contratação de médicos, aquisição de equipamentos e disponibilização de um banco de informações de profissionais de saúde que atenda a demanda dos municípios).
7ª	Aumentar os recursos financeiros para a atenção secundária e terciária.
8ª	Estimular a formação de médicos especialistas em urgência e emergência.
9ª	Fortalecer os hospitais-polo e instalação de policlínicas.
10ª	Criar incentivo estadual anual para custeio da atenção primária via FECOP.

TEMA: DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

RANKING	AÇÃO
1ª	Ampliar o Programa de Reformas Sociais - PROARES.
2ª	Promover campanhas educativas, de caráter permanente, para o enfrentamento à discriminação de gênero, raça e diversidade sexual.
3ª	Apoiar e fortalecer os grupos e associações comunitárias de mulheres, garantindo, inclusive, assistência técnica na elaboração e no acompanhamento de projetos na área social.
4ª	Desenvolver ações para prevenção e enfrentamento ao consumo do crack e de outras drogas, articulados com as organizações da sociedade civil e dos municípios.
5ª	Criar o Programa Estadual de Feiras Populares dos diversos tipos de produtores, como um espaço transformador do setor informal, no grande espaço/oportunidade de geração de ocupação e renda.
6ª	Formar consórcios intermunicipais para implantação de CREAS e serviços de acolhimento regionalizados, destinados ao atendimento às crianças e aos adolescentes, idosos, mulheres e outros segmentos vítimas de violência.
7ª	Fomentar a Política de Incentivo à criação e à manutenção de empreendimentos de inclusão tecnológica.
8ª	Criar programas para inclusão no mercado de trabalho, por meio de aprendizagem prática, capacitação profissional e escolarização.
9ª	Fortalecer ações de qualificação profissional focadas nos públicos prioritários como agricultores familiares, artesãos, e empreendedores individuais e grupos autogestionários.
10ª	Criar um programa/política estadual de inclusão produtiva de populações abaixo da linha de pobreza, executado em parceria com a sociedade civil, com o objetivo de eliminar a extrema pobreza no Ceará.

TEMA: CULTURA

RANKING	AÇÃO
1ª	Buscar a universalização dos programas de formação e capacitação profissional em cultura, artes e ofícios em rede.
2ª	Planejar a criação do Instituto do Patrimônio Histórico-Cultural do Ceará.
3ª	Viabilizar o acesso dos pontos de cultura à internet banda larga através do Cinturão Digital.
4ª	Institucionalizar os Fóruns Regionais de Cultura e os Fóruns de Linguagens Artísticas para garantir a efetiva participação na elaboração e execução das políticas públicas no Estado.
5ª	Planejar a implantação de programas de capacitação de gestores públicos de cultura e de produtores culturais e de várias linguagens artísticas
6ª	Planejar a criação de programas de apoio à produção cultural e artística do Ceará, criando novos editais, prêmios e memoriais.
7ª	Mapear, conhecer e divulgar a diversidade cultural cearense.
8ª	Ampliar os programas de recuperação e preservação dos patrimônios material e imaterial.
9ª	Estruturar mecanismos de capacitação na elaboração de projetos culturais.
10ª	Implantar, reabrir museus, capacitar museólogos e preservar a Casa de Memória.

TEMA: ESPORTE

RANKING	AÇÃO
1ª	Criar programas de capacitação e de fortalecimento institucional nas secretarias municipais de esporte e órgãos afins.
2ª	Desenvolver parcerias para a construção de Centros Poliesportivos Regionais, para servir como polo de formação de atletas.
3ª	Lançar edital público para seleção e contratação dos melhores projetos esportivos sociais.
4ª	Garantir os projetos específicos de esporte e lazer para idosos e pessoas com deficiência (Jogos Paraolímpicos, Jogos da Feliz Idade, Academia de Pilates, Academia Popular e outros).
5ª	Construir e recuperar as unidades esportivas, quadras poliesportivas, vilas olímpicas e ginásios cobertos.
6ª	Ampliar as ações do Projeto Esporte na Escola.
7ª	Consolidar a interiorização das ações do Projeto Mão Amiga.
8ª	Firmar parcerias permanentes com o movimento social organizado e com os órgãos de segurança pública, atuando na prevenção do uso de drogas e na reabilitação do usuário.
9ª	Criar núcleos de esportes olímpicos na Rede Pública de Ensino.
10ª	Estimular a formação de uma indústria criativa do esporte e qualificação de grupos produtivos comunitários, organizando-os como Arranjos Produtivos Locais – APLs.

TEMA: SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E DEFENSORIA

RANKING	AÇÃO
1ª	Aumento do efetivo de policiais nos municípios do interior.
2ª	Dar continuidade à política de ampliação dos quadros dos profissionais do Sistema de Segurança Pública, Sistema Penitenciário e Defensores Públicos.
3ª	Criar programa estadual efetivo de políticas sobre drogas e recuperação de dependentes.
4ª	Formular uma Política de Cargos e Salários para os policiais militares e civis, bombeiros, agentes penitenciários, defensores públicos e demais profissionais de segurança pública.
5ª	Realizar, periodicamente, avaliações e acompanhamento psicológicos nos profissionais de segurança pública.
6ª	Estruturar, modernizar, manter, fortalecer e descentralizar o sistema de segurança pública.
7ª	Planejar a criação de Delegacias da Mulher, e correspondentes Casas Abrigo construídas pelo sistema de consórcios municipais, em todos os municípios com mais de vinte mil habitantes.
8ª	Incrementar o processo de interiorização da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros, da Perícia Forense e da Defensoria Pública.
9ª	Implementar um sistema de segurança cidadã baseado na cultura de paz e de não violência.
10ª	Criar e implantar um programa estratégico de educação à cidadania, voltada à prevenção e ao combate ao uso das drogas lícitas ou ilícitas, notadamente entre crianças e adolescentes, estendendo o atendimento a suas respectivas famílias.

EIXO: ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR**TEMA: DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E PESCA**

RANKING	AÇÃO
1ª	Estruturar uma política estadual de ATER pública, que atenda às necessidades da Agricultura Familiar.
2ª	Apoio à comercialização dos produtos da Agricultura Familiar, através de políticas de preço mínimo, fortalecimento da infraestrutura e apoio às compras governamentais.
3ª	Reconhecer os colegiados territoriais como espaços de debates e de proposições para outras ações desenvolvidas pelo governo do estado com destaque para o PPA e o governo.
4ª	Assegurar a continuidade dos Programas PNAE, PAA e Hora de Plantar.
5ª	Criar um programa de aproveitamento da infraestrutura hídrica existente, para a produção familiar irrigada.
6ª	Criar um programa de aproveitamento do potencial turístico rural, ecológico e religioso.
7ª	Desenvolver ações para universalizar o acesso à água para o consumo humano no meio rural.
8ª	Ampliar o sistema de saneamento básico no meio rural.
9ª	Buscar estender o Programa Luz para Todos para fins produtivos.
10ª	Estudar a isenção dos produtos do PNAE do ICMS e da taxa de emissão da nota fiscal.

TEMA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

RANKING	AÇÃO
1ª	Estudar a ampliação da política de redução de alíquotas sem perda de arrecadação.
2ª	Estimular a criação de Centrais de Negócios, proporcionando maior competitividade.
3ª	Estudar a revisão da política tributária/fiscal e de incentivos, visando ao desenvolvimento da Indústria e Mineração.
4ª	Promover o máximo aproveitamento dos polos de irrigação, atraindo investimentos para a geração de emprego e renda.
5ª	Proporcionar Infraestrutura e Logística adequadas para o crescimento e integração do agronegócio.
6ª	Criar programas de divulgação, distribuição e comercialização dos produtos regionais. Incentivar a agroindústria para dinamizar a economia regional.
7ª	Incentivar a participação de fornecedores locais em eventos apoiados pelo governo do Estado.
8ª	Incluir o território sertões de Canindé no circuito nacional do turismo, com melhoramento da infraestrutura urbana de apoio ao turismo.
9ª	Criar a sinalização turística e indicativa das estradas nos trechos de Itatira a Santa Quitéria, Madalena a Quixeramobim, Caridade à estátua de Santo Antônio, General Sampaio a Paramoti, Canindé a Aratuba.
10ª	Garantir uma política de apoio à mineração (mapeamento, atração de investimentos extração, capacitação, beneficiamento e comercialização). Apoio do governo estadual para exploração da mina Santa Quitéria. Em Itatira, fosfato, calcário e urânio e em Solonópole, tantalita, colmbitas, angliconitas, berilo e feldspato.

TEMA: DESENVOLVIMENTO URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

RANKING	AÇÃO
1ª	Estimular a implantação da gestão consorciada de políticas de saneamento ambiental (água, esgoto, resíduo sólido) e transporte público.
2ª	Urbanizar as favelas em bairros periféricos e pavimentação das sedes dos distritos municipais.
3ª	Estimular a constituição de consórcio intermunicipal para gestão de aterros sanitários.
4ª	Substituir as moradias precárias construídas em taipa por sistemas construtivos adequados à saúde, à segurança e ao conforto habitacional.
5ª	Apoiar a melhoria ambiental dos espaços urbanos por meio da qualificação dos logradouros públicos (ruas e praças), recuperação dos recursos ambientais com a criação de parques e arborização urbana.
6ª	Planejar a eliminação das ocupações em áreas de risco.
7ª	Avaliar e definir estratégias para a sustentabilidade jurídica e econômica do modelo de saneamento rural (Sistema de Abastecimento Rural - SISAR).
8ª	Implantar soluções alternativas de esgotamento sanitário.
9ª	Preservar os sítios e monumentos históricos, o patrimônio cultural (material e imaterial) e o patrimônio ambiental.
10ª	Construir e adequar os aterros sanitários, usinas de triagem e compostagem, projetos de reciclagem, por meio de consórcios intermunicipais, e orientar e acompanhar a elaboração e execução de planos municipais/ regionais de manejo dos resíduos sólidos.

TEMA: MEIO AMBIENTE

RANKING	AÇÃO
1ª	Promover a recuperação dos recursos ambientais, combatendo a desertificação.
2ª	Capacitar jovens para serem agentes de proteção e educação ambiental, disponibilizando bolsas de incentivo.
3ª	Planejar o cumprimento da meta brasileira de redução de emissões de carbono e gases, causadores do aquecimento global.
4ª	Atualizar o Diagnóstico Florestal do Estado do Ceará.
5ª	Fomentar projetos relacionados com o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, e com o Programa Carbono Zero.
6ª	Criar política para a Agroecologia, assegurando o envolvimento dos produtores na agricultura orgânica.
7ª	Estimular a criação de novas áreas protegidas e de novas áreas integralmente protegidas.
8ª	Apoiar a revisão dos Planos Diretores Participativos Municipais voltados para a execução da política de Desenvolvimento Urbano e Ambiental.
9ª	Ampliar e fortalecer a matriz energética renovável do Estado do Ceará.
10ª	Implantar uma Política de Valorização do Turismo Sustentável, capacitando profissionalmente as populações nativas.

TEMA: RECURSOS HÍDRICOS

RANKING	AÇÃO
1ª	Elaborar plano para definição de soluções alternativas e de modelo de gestão, com base em critérios técnicos e socioeconômicos, estabelecendo o programa "ÁGUA PARA TODO O CEARÁ".
2ª	Empreender esforços para finalizar a construção do Eixão das Águas e iniciar a construção do Cinturão das Águas.
3ª	Continuar a operação e a manutenção da infraestrutura hídrica, com vistas à integração do Rio São Francisco.
4ª	Implementar ações educativas visando ao uso racional e à preservação dos recursos hídricos.
5ª	Expandir a prática da tecnologia de coleta de água da chuva (incentivo à construção de cisternas e mandalas).
6ª	Desenvolver estudos hidroambientais das bacias hidrográficas, identificando as fontes de poluição dos recursos hídricos.
7ª	Apoiar a gestão dos Comitês de Bacias e das Comissões Gestoras de Sistemas Hídricos.
8ª	Planejar a implantação de sistemas de adutoras para atendimento de populações urbanas do interior do Estado.
9ª	Desenvolver um sistema inteligente e integrado de informações, para tomada de decisão na gestão dos recursos hídricos do Estado.
10ª	Revitalizar a bacia hidrográfica do Sertão Central.

TEMA: INFRAESTRUTURA

RANKING	AÇÃO
1ª	Planejar a implantação da Telefonia Móvel nos distritos através de estações repetidoras – ERP, em parceria.
2ª	Ampliar e integrar o Sistema de Comunicação atual para acesso aos Polos de Desenvolvimento.
3ª	Planejar o reforço do Sistema Elétrico Rural, passando de monofásico para trifásico.
4ª	Articular-se com Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para a inserção de uma tarifa diferenciada para o Sistema de Recursos Hídricos e o meio rural, atendendo prioritariamente a agricultura familiar.
5ª	Ampliar a restauração de rodovias.
6ª	Ampliar a implantação de novas rodovias.
7ª	Apoiar a implantação de geração de energia para consumo próprio nas empresas de gestão de recursos hídricos e de saneamento.
8ª	Ampliar o Programa Alô Ceará.
9ª	Construir o açude Piedade/São José no rio Batoque beneficiando os municípios de Paramoti e Caridade.
10ª	Construir e manter as estradas vicinais, especificamente a estrada que liga Paramoti a Caiçara (Canindé), beneficiando assentamentos (incluindo obras de arte).

3.2 - TEMAS ESTRATÉGICOS

Dentro da perspectiva de definir os compromissos regionais, durante as oficinas os participantes elegeram, em plenária, três temas estratégicos cujos resultados encontram-se a seguir:

Canindé

1 - Implantação de uma Universidade pública nos Sertões de Canindé.

2 - Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública e Justiça e política integrada de valorização da vida e de apoio à família no combate à violência, em especial, ao enfrentamento às drogas.

3 - Desenvolvimento territorial urbano e rural com foco na geração de emprego, capacitação e renda.

Mombaça

1 - Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública e Justiça e política integrada de valorização da vida e de apoio à família no combate à violência, em especial, ao enfrentamento às drogas.

2 - Ampliação da política educacional de democratização do ensino: educação básica e superior.

3 - Desenvolvimento das cadeias produtivas com potenciais no território: apicultura, hortifruticultura, bovinocultura de leite, ovinocaprinocultura, oleaginosas, avicultura, piscicultura.

Quixeramobim

1 - Oferta de educação básica em tempo integral, formação profissional, tecnológica e médica na região do Sertão Central.

2 - Criação de fundo de investimento para melhoria da saúde no que se refere aos recursos humanos, estrutura física e equipamentos.

3 - Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública e Justiça e política integrada de valorização da vida e de apoio à família no combate à violência, em especial, ao enfrentamento às drogas.

4. PLANO PLURIANUAL - PPA 2012-2015

O Governo do Estado do Ceará, quando da elaboração do PPA 2012-2015, reforça a incorporação dos princípios da participação social e da dimensão territorial, objetivando dar maior transparência à aplicação dos recursos públicos, aos resultados obtidos e explicitar a distribuição regional das metas

e gastos governamentais. A incorporação da dimensão territorial focada na orientação da alocação dos investimentos visa ao equilíbrio territorial, à superação dos desafios e à potencialização das oportunidades regionais.

4.1 - COMPROMISSOS REGIONAIS

Os Compromissos Regionais apresentam-se como um elemento dinamizador da estratégia de articulação de parcerias e da intersectorialidade, premissas contidas nas diretrizes do Plano de Governo. O quadro a seguir apresenta os Compromissos Regionais

pactuados segundo as áreas temáticas de governo. Os percentuais apresentados correspondem à proporção em que a área temática figurou como prioridade regional no total das oficinas regionais realizadas, em função do compromisso eleito.

COMPROMISSO REGIONAL	MACRORREGIÃO/SEDE DA OFICINA
ÁREA TEMÁTICA: SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E DEFENSORIA (35%)	
Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública e Justiça e política integrada de valorização da vida e de apoio à família no combate à violência, em especial, ao enfrentamento às drogas.	RMF (Fortaleza) Litoral Oeste (Itapipoca) Sertão dos Inhamuns (Crateús) Sertão Central (Canindé e Mombaça) Cariri/Centro-Sul (Juazeiro do Norte)
ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE (23%)	
Garantia da resolutividade da atenção à saúde de média complexidade com ações intersectoriais, prioritariamente voltadas ao combate às drogas e acidentes de trânsito.	Sobral/Ibiapaba (Tianguá)
Fortalecimento da atenção à saúde através de uma rede regionalizada, integrando os níveis primário, secundário e terciário, com a construção do Hospital Regional do Litoral Leste/Jaguaribe. Redimensionamento da regionalização da saúde incorporando Jaguaribe como Município Polo.	Litoral Leste/Jaguaribe (Jaguaribe e Aracati)
Fortalecimento e qualificação da atenção à saúde na média complexidade, e das ações intersectoriais para urgência e emergência e dependentes químicos e educação permanente em saúde	Cariri/Centro-Sul (Iguatu)
ÁREA TEMÁTICA: CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL, (12%)	
Criação de novos cursos públicos e gratuitos de graduação e pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) na UECE, nas áreas humana, de saúde e de tecnologia.	Sertão dos Inhamuns (Tauá)
Oferta de educação básica em tempo integral, formação profissional, tecnológica e médica na região do Sertão Central.	Sertão Central (Quixeramobim)
ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, AGRICULTURA E PECUÁRIA (6%)	
Desenvolvimento das cadeias produtivas do caju, mandioca, apicultura, turismo, pesa e aquíicultura sustentáveis com ATER/ATEPA (Assistência Técnica Piscícola e Aquícola).	Litoral Oeste (Camocim)
ÁREA TEMÁTICA: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (6%)	

Integração da malha viária da região.	Sobral/Ibiapaba (Sobral)
ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL (6%)	
Saneamento ambiental: água e esgoto para todo o Maciço de Baturité.	Baturité (Baturité)
ÁREA TEMÁTICA: RECURSOS HÍDRICOS (12%)	
Revitalização da Bacia do Salgado integrando-a ao Canal da Transposição (Eixão das Águas) articulada com o desenvolvimento das cadeias de produção de fruticultura, olericultura, piscicultura, apicultura e bovinocultura de leite.	Cariri/Centro-Sul (Brejo Santo)
Aproveitamento e ampliação dos Recursos Hídricos de maneira racional e sustentável.	Cariri/Centro-Sul (Icó)

• COMPROMISSOS REGIONAIS DO SERTÃO CENTRAL

Território do Sertão Central

• **Compromisso Regional 1:** Oferta de educação básica em tempo integral, formação profissional, tecnológica e médica na região do Sertão Central;

• **Compromisso Regional 2:** Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública e Justiça e política integrada de valorização da vida e de apoio à família no combate à violência, em especial, ao enfrentamento às drogas.

Território Sertão do Canindé

• Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública e Justiça e política integrada de valorização da vida e de apoio à família no combate à violência, em especial, ao enfrentamento às drogas.

No território do Sertão Central, foram realizadas duas oficinas. Em Quixeramobim, os representantes consideraram como relevante a expansão do horário escolar, tendo em vista que ampliaria oportunidades e promoveria aprendizagens significativas e emancipadoras aos alunos na educação básica. Sinalizaram que a escola de tempo integral propiciaria às crianças um melhor aproveitamento em termos educacionais, de tranquilidade para a família, pois

manteria essas crianças afastadas das ruas e, conseqüentemente, do possível envolvimento com o mundo do crime e das drogas. Outrossim, apontaram também a necessidade de fortalecimento de políticas de educação de jovens e adultos, formação profissional e inclusão no mercado de trabalho, com a ampliação da infraestrutura e da qualificação dos profissionais. Já na oficina realizada em Mombaça, a questão da Segurança Pública foi priorizada conforme estabelecido no compromisso acima declarado. Igual prioridade foi conferida ao tema da segurança no território Sertão do Canindé.

4.2 - PROGRAMAS E METAS REGIONALIZADAS

O Programa Temático retrata no Plano Plurianual a agenda de governo organizada pelos Temas das Políticas Públicas e orienta a ação governamental. Sua abrangência deve ser a necessária para representar os desafios

e organizar a gestão, o monitoramento, a avaliação, as transversalidades, as multissetorialidades e a territorialidade e se desdobra em Objetivos e Iniciativas.

EIXO: SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEDUC

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
014 - Ensino Médio Articulado à Educação Profissional	00273 – Ampliar em 20.143 a oferta de matrícula nas Escolas Estaduais de Educação Profissional-EEEP.	513	1.539	2.052
021 - Promoção da Juventude	01503 – Ampliar o atendimento do Programa E-Jovem para os 184 municípios até 2014.	21	21	21
023 - Igualdade Étnico-Racial	01504 – Elevar em 30% a matrícula do ensino médio nas escolas indígenas até 2015.	20	60	60
	01505 – Atender, até 2015, a 100% das comunidades indígenas e quilombolas com construção, ampliação e reforma/ adequação das unidades escolares.	1	1	1
	01507 – Atender, até 2015, a 100% dos professores e gestores das escolas indígenas com formação continuada e em serviço, observando as peculiaridades dessa modalidade de ensino.	5	15	20
	01846 – Garantir as condições básicas para a efetividade do processo de ensino/aprendizagem dos conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e indígena nas 665 escolas da rede estadual.	54	54	54
024 - Promoção e Proteção dos Direitos Humanos	01751 – Atender a 200 escolas da rede pública estadual com projetos de promoção da Cultura de Paz até 2015.	21	21	21
026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	00511 – Garantir padrões básicos de funcionamento a 238 escolas da rede estadual para atendimento aos alunos com deficiência.	10	13	23
	00512 – Garantir acessibilidade aos alunos de 665 escolas estaduais, de acordo com as normas da ABNT, até 2015.	54	54	54
	01510 – Promover formação em serviço para 1.531 professores que atuam na educação especial.	32	98	130
072 - Aprendizagem das Crianças na Idade Certa	00532 – Alfabetizar a cada ano, no nível desejável, 237.082 alunos, até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, em todos os municípios do Estado.	21.605	64.815	86.420
	00590 – Ampliar as ações do Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC para os 427.533 alunos do 3º ao 5º anos do Ensino Fundamental das escolas públicas.	38.653	115.959	115.959

072 - Aprendizagem das Crianças na Idade Certa	00632 – Implantar 161 Centros de Educação Infantil – CEI, apoiando os municípios na ampliação do atendimento das crianças de 0 a 5 anos.	2	19	21
	00633 – Apoiar os 184 municípios na implementação de políticas direcionadas para melhoria da aprendizagem dos alunos, conforme Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil.	21	21	21
073 - Organização e Gestão da Educação Básica	01343 – Prover as 665 escolas da rede pública estadual com materiais didáticos e pedagógicos para elevar o desempenho acadêmico dos estudantes.	54	54	54
	01344 – Apoiar financeiramente o desenvolvimento de projetos ambientais em até 186 escolas estaduais, por ano, até 2015.	15	45	60
	01345 – Criar Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola-Com-Vida em 1.000 escolas públicas até 2015.	15	35	50
	01348 – Certificar, anualmente, 8.135 alunos matriculados na educação de jovens e adultos no formato semipresencial até 2015.	501	1.503	2.004
	01351 – Garantir as condições básicas de funcionamento com equidade às 665 unidades escolares da rede pública estadual, assegurando a infraestrutura e os insumos indispensáveis ao desenvolvimento da aprendizagem.	54	54	54
	01352 – Garantir a melhoria do transporte escolar para o acesso dos 143.895 alunos do campo/zona rural, na faixa etária de educação escolar obrigatória, às unidades de ensino.	14.013	14.013	14.013
	01353 – Implementar nas 665 escolas estaduais a metodologia da superintendência escolar como instrumento de planejamento, acompanhamento e monitoramento.	54	54	54

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR - SECITECE

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	03026 – Adaptar o espaço físico dos 8 campi da UECE às formas de acessibilidade e mobilidade.	1	1	1
068 - Educação Superior	01213 – Ampliar de 18.000 para 21.800 o número de matrículas nos cursos de graduação da UECE.	1.890	2.180	2.180
	01240 – Aumentar de 1.647 para 1976 (5% ao ano) a produção científica na UECE.	8	20	28
	01250 – Aumentar de 81.000 para 115.830 (10% ao ano) o número de pessoas atendidas com ações de extensão na UECE.	8.910	11.583	11.583
	01257 – Ampliar em 40% os grupos voltados à extensão cultural e artística.	1	1	1
069 - Educação Profissional	00613 – Avaliar e monitorar 100% dos contratos de gestão firmados pela SECITECE.	1	3	4
	00624 – Realizar melhorias de infraestrutura física e de equipamentos em 12 Centros Vocacionais Tecnológicos.	1	-	1

070 - Ciência, Tecnologia e Inovação	00493 – Formar 990 multiplicadores na área de Ciências.	150	-	150
	00731 – Aumentar em 30% o número de demandas locais atendidas pelos agentes digitais.	6	31	37
	01296 – Realizar 73 eventos para difusão, popularização e interiorização da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional.	-	9	9
	01319 – Realizar 8 concursos de experiências científicas.	-	1	1
079 - Monitoramento Hidroambiental do Estado do Ceará	00883 – Gerar e disponibilizar 02 boletins diários de monitoramento dos sistemas meteorológicos a partir da Rede de Radares.	365	1.095	1.460

SECRETARIA DA SAÚDE – SESA

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
025 - Enfrentamento às Drogas	00583 - Apoiar os 184 municípios cearenses na implantação/implementação de ações voltadas ao enfrentamento da dependência de álcool, crack e de outras drogas.	21	21	21
	02972 - Capacitar trabalhadores de saúde no enfrentamento da dependência do crack e de outras drogas.	100	500	600
026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	01787 - Apoiar os 31 municípios que prestam atendimento especializado à pessoa com deficiência.	4	4	4
027 - Atenção à Pessoa Idosa	01744 - Apoiar 100% dos municípios na implementação da saúde da pessoa idosa na atenção primária.	21	21	21
	01745 - Ampliar o atendimento especializado em geriatria e gerontologia para 100% das regiões de saúde do Estado do Ceará.	-	2	2
	02980 - Capacitar cuidadores de pessoas Idosas para Rede de Atenção Primária à Saúde.	43	66	109
030 - Gestão, Participação, Controle Social e desenvolvimento Institucional do SUS.	00387 - Implantar o Sistema de Acompanhamento Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS nas 21 Coordenadorias Regionais de Saúde.	2	2	2
	00414 - Criar e Estruturar 22 Núcleos de Avaliação de Tecnologias em Saúde na rede SUS.	0	1	1
	00440 - Qualificar em 100% a Rede de Ouvidorias da SESA.	0	2	2
	00497 - Realizar 143 eventos para conselheiros e lideranças no âmbito Estadual, Macro e Microrregional e Municipal.	4	10	14
	01797 - Implantar e Estruturar o Sistema Estadual Rede Escola do SUS.	1	1	1
	01799 - Apoiar a implantação do Sistema Integrado da Gestão da Força de Trabalho e da Educação em Saúde na rede SESA.	-	1	1
	01807 - Modernizar a infraestrutura de tecnologia da informação das Microrregiões de Saúde, Unidades próprias, vinculada e áreas técnicas de nível central da SESA.	2	2	2
01845 - Implementar o Plano de Educação Permanente em Saúde.	1	1	1	

030 - Gestão, Participação, Controle Social e desenvolvimento Institucional do SUS.	01863 - Implantar Núcleos Executivos da ESP nas Microrregiões de Saúde.	1	1	2
	01864 - Capacitar Trabalhadores do SUS.	900	1.586	2.486
	01865 - Capacitar profissionais e a comunidade por meio de Ações Educativas em Saúde Pública.	180	720	900
	01866 - Capacitar docentes em Abordagens Educacionais Inovadoras.	35	112	147
	02995 - Fomentar a realização de pesquisas sobre temas relevantes para o SUS.	1	-	1
037 - Atenção à Saúde Integral e de Qualidade	00136 - Garantir padrão de atendimento de qualidade: Acreditação/Certificação para todas as Unidades de Saúde do Estado.	3	3	3
	00986 - Apoiar 100% dos municípios na organização e qualificação das ações de Saúde Mental.	21	21	21
	01700 - Implementar um Sistema de Informação gerencial padronizado para todos os CEO's, Policlínicas e Hospitais Terciários com implantação progressiva visando à efetivação em 100% até 2015.	3	7	7
	01724 - Garantir a implantação/ implementação de 17 serviços especializados de Saúde do Trabalhador.	1	-	1
	01726 - Configurar o desenho das Redes de Urgências, articuladas com as Redes Cegonha e Psicossocial em 100% das Regiões de Saúde.	3	3	3
	01729 - Implantar/implementar as 32 Unidades de Pronto Atendimento - UPAs.	5	5	5
	01730 - Implementar as unidades de emergências nos Hospitais componentes do Sistema Estadual de Urgência e Emergência.	4	4	4
	01732 - Preparar 100% das unidades que integram a Rede de Urgência e Emergência para o atendimento a desastres, catástrofes e incidentes com múltiplas vítimas.	4	4	4
	01734 - Apoiar os 184 municípios para obtenção de uma cobertura mínima de 70% do SISVAN-Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.	21	21	21
	01739 - Implantar Centros de Especialidades Odontológicas em 10 regiões de saúde.	2	-	2
	01743 - Apoiar o desenvolvimento de ações promotoras de saúde bucal em 100% dos municípios.	6	21	21
	01747 - Monitorar 33 Hospitais-Polo, 15 Hospitais Estratégicos e 64 Hospitais de Pequeno Porte para garantia de atendimento aos pacientes encaminhados pela Atenção Primária.	18	18	18
	01749 - Monitorar unidades que realizam atendimentos especializados em oftalmologia em 30 municípios.	4	4	4
	01750 - Implantar/Implementar ações de prevenção a cegueira do RN em maternidades credenciadas ao Sistema Único de Saúde - SUS em 138 municípios.	15	15	15
	01792 - Garantir padrão de atendimento e qualidade: Acreditação/Certificação para 50% das Unidades da Rede SESA do Estado até 2015.	1	1	1

037 - Atenção à Saúde Integral e de Qualidade	01818 - Garantir a implantação de serviços especializados em Fitoterapia nas 08 (oito) Microrregiões do Estado.	-	3	3
	01823 - Estruturar a Rede de Assistência Farmacêutica Básica e Especializada nas 08 (oito) Microrregiões do Estado.	1	1	2
	01824 - Garantir abastecimento e atendimento de 80% dos fármacos padronizados no elenco da Programação Pactuada Integrada - PPI da Assistência Farmacêutica Básica e Especializada aos 184 municípios.	21	21	21
	01826 - Apoiar os projetos financiados com recursos do Programa de Cooperação Federativa para melhoria da infraestrutura física e tecnológica das Unidades de Saúde.	21	53	74
	02993 - Construir e equipar os Hospitais Regionais.	1	-	1
	03065 - Expandir a capacidade de internação hospitalar em 134.082 internações até 2015, a partir do acréscimo de 700 leitos.	-	30.942	30.942
065 - Promoção, Proteção e Vigilância à Saúde	01746 - Reestruturar a Rede de Frio das 22 Microrregiões.	1	2	3
	01762 - Implantar o Programa de Vigilância de populações expostas às substâncias químicas em 96 Municípios do Estado.	-	10	10
	01763 - Implementar o Sistema Municipal de Vigilância Sanitária nos 184 Municípios.	21	21	21
	01764 - Implementar o Sistema Municipal de Informação em Saúde nos 184 Municípios.	21	21	21
	01765 - Estruturar as 22 Microrregiões de Saúde para o desenvolvimento de ações de prevenção e controle das zoonoses e DTV.	3	3	3
	01766 - Implementar o Sistema Municipal de Vigilância Epidemiológica nos 184 Municípios.	21	21	21
	01767 - Implementar as ações de prevenção e controle das DST/AIDS e sífilis congênita nos 184 Municípios.	21	21	21
	01768 - Implantar 8 Serviços de Atendimento Especializado (SAE) no Estado.	-	1	1
	01769 - Implementar o Sistema Municipal de Vigilância Epidemiológica das doenças e agravos não transmissíveis nos 184 Municípios.	21	21	21
	01770 - Ampliar para os 184 municípios a notificação e investigação dos acidentes de trabalho fatal, com mutilações e acidentes de trabalho em crianças e adolescentes.	-	21	21
	01802 - Estruturar e manter os Laboratórios Central e Regionais de Saúde Pública e o Serviço de Verificação de Óbitos - SVO.	1	1	1
	02986 - Estruturar 22 Laboratórios de Entomologia e Base de UBV.	1	2	3
	02987 - Estruturar 21 Redes de Frio e adquirir um caminhão frigorífico.	1	2	3

SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - STDS

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
021 – Promoção da Juventude	00905 – Qualificar e requalificar 80.480 jovens trabalhadores.	1.575	4.955	6.530
	01304 – Inserir 28.150 jovens trabalhadores no mercado de trabalho.	474	1.485	1.959
023 – Igualdade Étnico-Racial	02069 - Mobilizar 1.800 gestores e atores sociais dos 184 municípios do Ceará para o desenvolvimento de ações voltadas à programação de igualdade racial.	-	200	200
026 – Atenção à Pessoa com Deficiência	01383 – Assegurar o apoio financeiro a municípios na realização de serviços e projetos voltados para 4.250 pessoas com deficiência.	100	150	250
	01877 – Qualificar 2.000 pessoas com deficiência e seus familiares.	100	300	400
	01878 – Inserir 200 pessoas com deficiência no mercado de trabalho.	10	30	40
027 – Atenção à Pessoa Idosa	01384 – Apoiar financeiramente 7.400 pessoas idosas em municípios.	500	100	600
049 – Trabalho, Emprego e Renda	00195 – Cadastrar 20.102 artesãos de acordo com as normas do Cadastro Nacional de Artesãos.	313	1.026	1.339
	00197 – Qualificar 7.110 artesãos.	130	423	553
	00198 – Apoiar 340 entidades artesanais e grupos produtivos.	3	11	14
	00322 – Inserir 393.228 trabalhadores no mercado de trabalho.	10.813	32.442	43.255
	00325 – Qualificar e requalificar 58.300 trabalhadores.	1.165	3.495	4.660
	00342 – Realizar 9.000 operações de microcrédito.	50	150	200
	00585 – Realizar 238 ações de qualificação em Economia Solidária.	4	18	22
	00587 – Realizar 32 Feiras Regionais de Comercialização e Consumo Solidário e 2 Feiras de Negócios na Região Metropolitana de Fortaleza.	1	3	4
	00588 – Apoiar 624 grupos de empreendedores solidários.	15	51	66
	01036 – Conceder 7.200 instrumentais de trabalho para trabalhadores qualificados.	170	510	680
	01605 – Assegurar a manutenção da infraestrutura das 7 lojas do CEART.	1	1	1
	01805 – Capacitar 6.500 microempreendedores.	75	225	300
	050 – Assistência Social	03044 – Atender a 3.160.972 trabalhadores com o benefício de Seguro-Desemprego.	86.926	260.781
03048 – Qualificar 7.200 trabalhadores desempregados.		100	300	400
01035 – Atender a 3.100 crianças de 0 a 5 anos em Centros de Educação Infantil.		200	500	700
	01044 – Capacitar 4.960 pessoas da entidade executora do programa e dos municípios beneficiados.	160	320	480

050 – Assistência Social	01086 – Prestar assessoramento técnico aos 184 municípios.	21	21	21
	01125 – Assegurar o cofinanciamento dos benefícios eventuais nos 184 municípios.	12	9	21
	01135 – Capacitar 7.380 profissionais das equipes municipais da Proteção Social Básica e do banco de dados do CADÚNICO.	105	315	420
	01142 – Assegurar o cofinanciamento das ações do Programa de Atendimento Integral às Famílias – PAIF nos 184 municípios.	14	7	21
	01155 – Atender a 156.550 famílias por meio do PAIF e do Estação Família.	10.900	5.550	16.450
	01158 – Atender a 4.830 pessoas através de ONGs da rede de proteção social.	180	540	720
	01755 – Atender a 17.000 famílias em situação de vulnerabilidade social nos Centros de Referência da Assistência Social.	500	500	500
	01756 – Atender a 4.000 pessoas nas bibliotecas públicas construídas no âmbito do PROARES.	800	-	800
	01757 – Atender a 23.600 crianças, adolescentes e jovens em ações esportivas, intercâmbios, identificação de talentos, protagonismo juvenil e outros.	-	500	500
	01808 – Beneficiar 10.500 famílias cadastradas no CADÚNICO.	100	300	400
	01836 – Atender a 50.934 pessoas vítimas de violência nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS municipais e regionais.	2.659	3.093	5.752
	01838 – Retirar 18.675 crianças e adolescentes do trabalho infantil.	495	1.485	1.980
	01839 – Qualificar 5.242 adolescentes, jovens e agentes públicos.	192	462	654
	01843 – Ampliar para 104 o número de CREAS com o serviço de atendimento das medidas em meio aberto.	5	7	12
	051 – Segurança Alimentar e Nutricional	02992 – Subsidiar 32 entidades que prestam serviços de acolhimento institucional a crianças, adolescentes e idosos, socioeducativos para pessoas com deficiências.	1	1
00889 – Implantar em 92 municípios os mecanismos de gestão do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional.		2	9	11
00890 – Instituir processos continuados de Educação Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada, com o desenvolvimento de 361 ações de capacitação.		49	6	55
00896 – Assessorar os 184 municípios do estado na implementação de conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional.		5	16	21
00898 – Apoiar a implantação de 64 equipamentos públicos de alimentação e nutrição (restaurantes populares, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias, feiras e mercados públicos).		2	6	8
00901 – Apoiar a implementação de 80 projetos municipais voltados para produção de alimentos.		3	9	12

SECRETARIA DA CULTURA - SECULT

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
006 – Memória Cultural	00008 – Realizar 32 ações socioeducativas na área do patrimônio nas 8 macrorregiões do Estado sensibilizando 1.000 pessoas para a preservação do patrimônio.	1	3	4
	00509 – Selecionar, reconhecer e apoiar, por ano, 60 Mestres da Cultura Tradicional Popular até 2015.	5	5	5
	00514 – Incentivar, assessorar e monitorar 96 museus no Estado do Ceará cadastrados no SEM/CE.	8	8	8
007 – Incentivo às Artes e às Culturas Regionais do Ceará	00568 – Modernizar e dinamizar 23 equipamentos culturais.	1	1	1
	00570 – Implantar 08 equipamentos culturais nas macrorregiões.	-	1	1
	00575 – Realizar 32 Festivais Regionais de Música por meio do Sistema de Bandas de Música.	1	3	4
	00637 – Apoiar 300 projetos de demandas espontâneas nos diversos seguimentos culturais.	9	27	36
	00639 – Realizar 16 seminários regionais.	-	2	2
	00641 – Apoiar a realização de 400 cursos livres, nos seis segmentos de linguagem, nas 8 macrorregiões.	20	30	50
	00642 – Realizar 8 cursos voltados para a formação de guias e agentes patrimoniais.	-	1	1
	00661 – Apoiar os 100 novos pontos selecionados no II Edital Pontos de Cultura do Estado do Ceará.	12	12	12
	00666 – Realizar 32 Encontros do Sistema Estadual de Teatro.	1	3	4
008 – Incentivo à Leitura e ao Conhecimento	00667 – Realizar 32 Encontros do Sistema Estadual de Centros Culturais.	1	3	4
	00668 – Realizar 32 Encontros Regionais de Bandas de Música.	1	3	4
	00013 – Reformar 12 espaços físicos para sediar bibliotecas públicas.	-	1	1
	00017 – Realizar 16 feiras de livros, sendo 08 Feiras de Sebo e 08 Feiras Regionais.	-	1	1
	00517 – Realizar 64 cursos de formação na área de biblioteca, sendo 2 cursos por ano em cada macrorregião.	2	6	8

021 – Promoção da Juventude	00530 – Conceder bolsas a 64 jovens artistas de 30 municípios de baixo IDM nas 8 macrorregiões.	40	40	40
	00538 – Realizar 64 atividades socioeducativas, sendo 16 oficinas de <i>hip hop</i> ao ano, contemplando <i>grafite</i> , <i>MC</i> , <i>dance</i> e <i>break</i> .	2	6	8
	00539 – Realizar 32 seminários sobre juventude e segurança pública.	1	3	4
026 – Atenção à Pessoa com Deficiência	01788 – Conceder 290 bolsas para agentes de leitura, sendo 280 agentes e 10 articuladores em 41 municípios de alto Índice de Focalização de Agentes de Leitura – IFAL.	30	30	30
	00548 – Realizar 128 cursos de arte e cultura.	4	12	16
	00554 – Realizar 32 festivais regionais itinerantes (alternando nas macrorregiões) para pessoas com deficiência.	1	3	4

SECRETARIA DO ESPORTE - SESPORTE

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
071 – Esporte, Educação, Participação e Lazer	00974 – Implantar e manter 500 núcleos esportivos em todo o Estado.	75	75	75
	00975 – Atender a 46.600 crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 17 anos.	8.288	8.288	8.288
	00976 – Conceder 3.000 bolsas a crianças e adolescentes.	157	157	157
	00977 – Gerar ocupação e renda para 1.000 profissionais da área de esporte e lazer.	125	125	125
	01279 – Atender a 5.250 pessoas no desenvolvimento da prática esportiva e de lazer.	50	150	200
	01776 – Atender a 5.250 pessoas no desenvolvimento da prática esportiva e de lazer, no âmbito do FUNDEJ.	50	150	200
092 – Ceará no Esporte de Rendimento	01599 – Promover 60 eventos esportivos de aventura e natureza.	2	6	8
093 – Infraestrutura Esportiva e de Lazer	01544 – Construir 25 pistas de skate regionais em municípios com população acima de 50 mil hab.	3	3	3

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SSPDS

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
012 - Segurança Pública Comunitária	03000 - Ampliar a atuação do Ronda do Quarteirão para municípios acima de 30 mil habitantes - Polícia Militar.	1	4	5
	03000 - Ampliar a atuação do Ronda do Quarteirão para municípios acima de 30 mil habitantes - Polícia Militar.	1	4	5
	03007 - Aumentar em 45 o número de municípios atendidos pelos projetos sociais do Corpo de Bombeiros Militar.	2	4	6
	03009 - Capacitar 3.000 pessoas para atuarem como multiplicadores em prevenção e intervenção à violência contra crianças e adolescentes - Polícia Civil.	100	200	300
	03028 - Implantar e aparelhar 20 postos de articulação comunitária - SSPDS.	-	1	1
015 - Segurança Pública Integrada	03032 - Capacitar 4.000 cidadãos cearenses - SSPDS.	71	213	284
	03050 - Implantar 26 Postos de Identificação Civil distribuídos nas 8 macrorregiões do Estado do Ceará - Perícia Forense.	3	1	4
	00827 - Oferecer cursos de formação continuada para 8.000 profissionais de segurança pública do Estado do Ceará - AESP.	50	150	200
	01965 - Construir 12 Delegacias de Polícia Civil integrada com o destacamento da Polícia Militar no interior do Estado.	1	-	1
	01966 - Reformar 15 Delegacias Regionais de Polícia Civil no interior do Estado.	1	1	2
	01967 - Reformar 18 Distritos Policiais de Fortaleza e Região Metropolitana - Polícia Civil.	2	-	2
	01969 - Adquirir 200 viaturas para atender à capital e ao interior do Estado - Polícia Civil.	7	14	21
	01981 - Reaparelhar 105 delegacias da Polícia Civil.	2	7	9
	02068 - Reformar 32 Quartéis da Polícia Militar.	1	1	1
	02069 - Equipar 42 Quartéis da Polícia Militar com armamentos, equipamentos e aprestos utilizados pelos policiais militares.	1	1	1
02074 - Adquirir 872 viaturas para atender à capital e ao interior do Estado - Polícia Militar.	28	42	70	

015 - Segurança Pública Integrada	02167 - Reformar as 24 unidades operacionais da capital, região metropolitana e interior do Estado do Corpo de Bombeiros Militar.	-	1	1
	02217 - Reaparelhar a área de tecnologia da informação do Corpo de Bombeiros Militar, com 76 equipamentos.	2	6	8
	02991 - Capacitar 1.600 membros dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) - AESP.	20	60	80
	03034 - Aparelhar e modernizar 13 unidades da Perícia Forense.	2	-	2
	03036 - Reformar 7 instalações físicas da Perícia Forense.	-	2	2
016 - Gestão de Riscos e Desastres	00356 - Equipar e modernizar 11 unidades de defesa civil do Estado.	-	1	1
	00369 - Adquirir 28 veículos para as unidades de defesa civil do Estado.	-	2	2
	00867 - Capacitar 4.000 cidadãos cearenses em temas alusivos à vulnerabilidade social e à prevenção de desastres - SSPDS.	71	213	284
	01440 - Realizar 48 cursos para capacitação dos integrantes dos órgãos estadual e municipal de defesa civil.	1	3	4
	01441 - Beneficiar 184 municípios atingidos por desastres para socorro às vítimas, reabilitação e reconstrução de cenários.	21	21	21
	01446 - Planejar e executar obras estruturantes para reduzir o potencial das ameaças naturais e socioambientais e as vulnerabilidades dos 184 municípios cearenses.	4	17	21
	01448 - Realizar 57 eventos de promoção da cultura de prevenção de riscos de desastres.	1	3	4
	01499 - Capacitar 10.000 alunos das escolas estaduais para a prevenção de riscos de desastres.	200	750	950
	02394 - Adquirir 75 viaturas operacionais do Corpo de Bombeiros Militar.	1	2	3
	03027 - Capacitar 360 bombeiros militares em prevenção e atuação em cenários de desastres e segurança pública.	10	30	40
021 - Promoção da Juventude	00871 - Atender 4.000 jovens com o desenvolvimento de projetos de promoção da defesa social e do protagonismo em favor da paz - SSPDS.	71	213	284
	02467 - Expandir o atendimento para 1.113.600 crianças do Projeto "Turminha do Ronda" - Polícia Militar.	32.880	98.640	131.520

021 - Promoção da Juventude	02468 - Atender a 167.000 crianças com o Projeto "Um dia com o Ronda na Escola".	5.050	15.150	20.200	
	02469 - Expandir o atendimento para 3.000 crianças do Projeto "Violão Comunitário" - Polícia Militar.	90	270	360	
	02496 - Contemplar 6.000 jovens com o projeto Jovem Bombeiro Voluntário.	188	564	752	
024 - Promoção e Proteção dos Direitos Humanos	00176 - Capacitar 4.000 cidadãos cearenses na temática de Direitos Humanos - SSPDS.	71	213	284	
	02580 - Confeccionar e distribuir 1.000.000 de cartilhas sobre a temática dos direitos humanos - Polícia Militar.	26.000	78.000	104.000	
025 - Enfrentamento às Drogas	00249 - Atender a 2.000 jovens no Projeto Reforçando Oportunidade e Negando Drogas (ROND) - SSPDS.	35	105	140	
	00250 - Capacitar 4.000 conselheiros comunitários de defesa social na temática da prevenção à violência e ao uso indevido de drogas - SSPDS.	71	213	284	
	02675 - Formar 400.000 estudantes (crianças e adolescentes) do Estado do Ceará, no Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) - Polícia Militar.	11.000	33.000	44.000	
	02676 - Expandir o PROERD para 145 municípios do Estado - Polícia Militar.	5	12	17	
	02705 - Adquirir 3 veículos frigorificados para a Perícia Forense.	1	-	1	
	02716 - Reaparelhar 13 laboratórios de toxicologia nos núcleos regionais de Perícia Forense.	2	-	2	
	026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	00887 - Capacitar 4.000 conselheiros comunitários de defesa social em ações de apoio à pessoa com deficiência - SSPDS.	71	213	284
		02801 - Qualificar 2.000 pessoas com cursos profissionalizantes - Corpo de Bombeiros Militar.	65	195	260
027 - Atenção à Pessoa Idosa	00891 - Capacitar 4.000 conselheiros comunitários de defesa social em ações de apoio à pessoa idosa - SSPDS.	71	213	284	
	02912 - Beneficiar 400.000 idosos do Projeto Saúde, Bombeiros e Sociedade - Corpo de Bombeiros Militar.	12.500	37.500	50.000	

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA - SEJUS

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
024 - Promoção e Proteção dos Direitos Humanos	01299 - Realizar seminários temáticos em 91 dos municípios cearenses.	4	7	11
026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	01306 - Promover a qualificação de 148 conselheiros da rede de garantia de direitos da pessoa com deficiência nas 8 macrorregiões.	6	18	24
	01307 - Fortalecer os 115 conselhos municipais dos direitos das pessoas com deficiência.	2	8	10
	01308 - Assessorar na implantação de 75 novos conselhos municipais dos direitos das pessoas com deficiência.	2	6	8
076 - Proteção e Cidadania	01126 - Atender a 394.400 cidadãos por meio das ações dos caminhões do cidadão.	6.600	20.000	26.600
	01136 - Realizar 119 eventos de cidadania.	3	9	12
077 - Infraestrutura, Gestão e Assistência Penitenciária	01160 - Aumentar o número de vagas no Sistema Prisional, com a criação de 43 novas unidades.	1	2	3
	01167 - Manter e gerir 231 equipamentos penitenciários.	22	24	24
	01172 - Matricular 9.200 presos e egressos nas turmas do ensino fundamental, médio e superior.	174	522	696
	01176 - Apoiar 4.000 presos e egressos para a empregabilidade.	10	30	40

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO - DPGE

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
088 - Promoção e Defesa de Direitos e Acesso à Justiça	01410 - Contemplar com os serviços da DPGE 100% das comarcas do Estado do Ceará.	6	6	6
	01416 - Ampliar e modernizar 51 núcleos avançados de atendimento da DPGE.	5	5	5
	02990 - Garantir o acesso à Rede Mundial de Computadores em 51 comarcas em que haja serviços da DPGE.	5	5	5
	03011 - Garantir o acesso à internet em 10 comarcas em que haja serviços da DPGE.	1	1	1
	03019 - Implantar, ampliar e/ou modernizar 10 núcleos avançados, especializados e descentralizados da DPGE.	1	1	1

EIXO: ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SDA**

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
023 - Igualdade Étnico-Racial	01113 - Criar e fortalecer 60 associações de comunidades quilombolas.	2	5	7
	01114 - Financiar 40 empreendimentos de infraestrutura, produtivos ou sociais para o desenvolvimento das comunidades quilombolas.	2	5	7
	01115 - Capacitar 2.000 pessoas em comunidades quilombolas.	60	200	260
028 - Desenvolvimento Agropecuário	00597 - Viabilizar 300.000 adesões de agricultores(as) ao Garantia Safra.	58.441	58.441	58.441
	00644 - Atender a 239.057 agricultores(as) familiares nas cadeias produtivas agrícolas e não-agrícolas.	17.800	33.772	33.772
	00645 - Atender a 159.356 agricultores(as) familiares na produção e comercialização de alimentos agroecológicos com vistas a garantir a segurança alimentar das famílias.	11.865	22.512	22.512
	00646 - Atender a 82.127 agricultores(as) familiares nas microbacias assistidas, com tecnologias alternativas de convivência com o semiárido.	7.628	11.602	11.602
	00647 - Atender a 94.000 agricultores(as) familiares no financiamento e proteção da produção agropecuária (PRONAF, PGPAF E SEAF).	9.000	15.000	15.000
	00651 - Implantar 22.315 hectares com práticas agrícolas de convivência com o semiárido.	637	2.549	3.186
	00652 - Beneficiar 17.151 famílias através da implantação das práticas agrícolas de convivência com o semiárido.	436	1.724	2.160
	00653 - Implantar 1.000 Projetos Mandalla.	50	75	125
	00654 - Beneficiar 3.000 famílias com o Projeto Mandalla.	150	225	375
	00743 - Beneficiar 19.287 agricultores(as) familiares do setor da cajucultura.	175	589	764
	00745 - Beneficiar 151.332 agricultores(as) familiares com implantação de oleaginosas.	12.105	47.437	59.542
	00747 - Implantar 302.665 hectares de oleaginosas.	24.210	94.874	119.084
	00749 - Beneficiar 7.612 produtores da bovinocultura.	1.290	1.677	1.677
	00750 - Beneficiar 870 produtores da ovinocultura.	80	140	140
	00751 - Beneficiar 730 produtores da caprinocultura	260	410	410
	00752 - Beneficiar 2.350 apicultores.	235	305	305

028 - Desenvolvimento Agropecuário	00753 - Apoiar a realização de 55 eventos promocionais.	7	9	9
	00755 - Beneficiar 16.581 agricultores(as) familiares com projetos de irrigação.	354	2.196	2.550
	00756 - Implantar 5.527 projetos produtivos de irrigação.	118	732	850
	00757 - Implantar 3.400 medidores horosazonais.	82	246	328
	00765 - Classificar 4.149.488 toneladas de produtos de origem vegetal.	3.520	11.190	14.710
	00849 - Realizar 1.204 ações educativas de defesa sanitária.	50	150	200
	00850 - Realizar 260 análises de resíduos de agrotóxicos em hortigranjeiros.	2	6	8
	00852 - Inspeccionar 560 estabelecimentos.	20	60	80
	00853 - Fiscalizar 600 eventos agropecuários.	67	201	268
	00854 - Fiscalizar 1.040 comércios estaduais de sementes e mudas.	10	30	40
	00954 - Atender a 34.560 agricultores(as) familiares no aproveitamento da infraestrutura hídrica existente para a produção irrigada.	2.825	4.882	4.882
	00955 - Atender a 11.364 agricultores(as) familiares na implantação e revitalização de agroindústrias rurais de beneficiamento e processamento.	1.206	1.605	1.605
	00958 - Capacitar 55.364 agricultores(as) familiares para a produção e gestão de projetos associativos.	3.560	7.821	7.821
	00988 - Beneficiar 986 agricultores(as) familiares com crédito Fedaf.	34	51	85
	01011 - Recuperar 46.500 hectares de cajueiros improdutivos através da substituição de copa.	300	1.850	2.150
	01025 - Adquirir e distribuir 24.676 toneladas de sementes.	747	2.940	3.687
01030 - Beneficiar 350.000 agricultores(as) familiares com sementes e mudas.	25.766	56.362	56.362	
01129 - Elaborar e financiar 235 projetos de inclusão econômica.	2	28	30	
01134 - Adquirir 400 tratores com equipamentos e implementos agrícolas, para beneficiar comunidades rurais.	12	38	50	
01140 - Realizar 1.673 eventos de capacitação.	70	140	210	
01146 - Implantar 8.000 quintais produtivos.	300	960	1.260	
01286 - Beneficiar 360.000 agricultores(as) familiares com recursos do Pronaf.	15.750	47.250	63.000	
029 - Enfrentamento à Pobreza Rural	00683 - Construir 2.000 habitações rurais nos imóveis rurais no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF.	60	180	240
	00773 - Beneficiar 109.997 pessoas, diariamente, com distribuição de leite.	14.058	15.463	15.463

029 - Enfrentamento à Pobreza Rural	00775 - Ampliar a cobertura do Leite Fome Zero para 180 municípios.	21	21	21
	00776 - Beneficiar 107.730 pessoas com distribuição de alimentos.	5.808	17.424	17.424
	00777 - Beneficiar 8.268 agricultores(as) familiares com aquisição de sua produção.	448	1.344	1.344
	00779 - Ampliar para 99 municípios a cobertura do PAA nos 06 territórios da cidadania e CONSAD.	16	16	16
	00781 - Distribuir para 1.788 entidades sócioassistenciais locais alimentos produzidos pela agricultura familiar.	96	288	288
	00782 - Implantar o PAA em 117 assentamentos estaduais e comunidades tradicionais.	10	15	15
	00793 - Executar 24 projetos de educação do campo em assentamentos e comunidades tradicionais.	1	2	3
	00795 - Beneficiar 7.520 famílias em assentamentos e comunidades tradicionais com projetos de educação do campo.	315	625	940
	00796 - Beneficiar 3.200 famílias com Planos de Desenvolvimento em Assentamentos e Comunidades Tradicionais.	100	300	400
	00797 - Elaborar 224 Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos e Comunidades Tradicionais.	7	21	28
	00799 - Atender a 8.000 famílias com ATER em assentamentos e comunidades tradicionais.	250	750	1.000
	00801 - Incentivar a averbação da área de reserva legal em 200 assentamentos.	16	43	59
	00802 - Incentivar a recuperação do passivo ambiental em 100 assentamentos.	6	22	28
	00803 - Recuperar açudes em 18 assentamentos.	1	2	3
	00804 - Apoiar a implantação de infraestrutura em 72 assentamentos e comunidades tradicionais.	3	9	12
	00805 - Apoiar a implantação de projetos produtivos em 24 assentamentos e comunidades tradicionais.	1	2	3
	00809 - Implantar 1.280 bibliotecas rurais.	40	120	160
	00811 - Capacitar 1.280 agentes de leitura no âmbito do Arca das Letras.	40	120	160
	00812 - Implantar 320 casas digitais.	10	30	40
	00813 - Capacitar 12.800 gestores comunitários.	400	1.200	1.600
00814 - Apoiar a implantação de 160 bibliotecas rurais em assentamentos e comunidades tradicionais.	5	15	20	
00815 - Apoiar a implantação de 184 casas digitais em assentamentos e comunidades tradicionais.	8	15	23	

029 - Enfrentamento à Pobreza Rural	00816 - Apoiar ações de arte e cultura em 32 assentamentos e comunidades tradicionais.	1	3	4	
	00817 - Beneficiar 2.400 famílias com a aquisição de imóveis rurais no âmbito do Programa Nacional do Crédito Fundiário - PNCF.	110	340	450	
	00979 - Beneficiar 40.000 famílias rurais em situação de extrema pobreza por meio de atividades individuais e grupais de produção familiar.	1.413	5.652	5.652	
	00985 - Atender a 159.356 famílias de agricultores(as) familiares, na produção agroecológica e solidária.	11.865	22.512	22.512	
	00994 - Atender 4.725 famílias de agricultores (as) familiares para o acesso aos financiamentos do Projeto São José, Fedaf e Fecop na implantação e condução de projetos produtivos e de comercialização.	501	667	667	
	01132 - Construir 250 habitações rurais em assentamentos e comunidades tradicionais.	29	43	72	
	01133 - Reformar 1.200 habitações rurais em assentamentos e comunidades tradicionais.	87	261	348	
	01179 - Implantar 100.000 cisternas de placas para consumo humano, nas comunidades rurais.	13.000	1.300	14.300	
	01180 - Implantar 340 sistemas de abastecimento de água com ligações domiciliares em comunidades rurais.	10	28	38	
	01181 - Elaborar 159 Planos de Água Municipal (PAM).	6	15	21	
	03010 - Construir 12.000 kits sanitários.	344	1.032	1.376	
	067 - Desenvolvimento Territorial Rural	00900 - Apoiar 13 colegiados territoriais na implementação da estratégia de desenvolvimento territorial sustentável e solidário.	2	2	2
		00907 - Implantar 104 projetos de infraestrutura nos territórios rurais.	4	12	16
01014 - Cadastrar, georreferenciar e regularizar 32.000 imóveis rurais.		1.536	2.304	3.840	
01016 - Titular 51.709 posses de imóveis rurais.		2.413	3.620	6.033	
01018 - Reconhecer 21.580 domínios de imóveis rurais.		1.130	1.700	2.830	
01023 - Atender 3.200 famílias minifundistas.		600	1.600	2.200	
01681 - Implantar 30 projetos de agroindústria familiar nos territórios do Estado do Ceará.		-	5	5	

SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA – SPA

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
036 - Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura	00115 - Distribuir 29.000.000 de alevinos, em 1200 açudes, beneficiando 30.000 famílias.	1.487.000	4.750.000	6.237.000
	00115 - Distribuir 29.000.000 de alevinos, em 1200 açudes, beneficiando 30.000 famílias.	1.487.000	4.750.000	6.237.000
	00116 - Implantar 49 projetos de aquicultura.	1	2	3
	00117 - Beneficiar 980 aquicultores familiares.	40	60	100
	00119 - Beneficiar 5.500 pescadores artesanais continentais.	200	600	800
	00127 - Implantar 58 infraestruturas de apoio a conservação, higienização e beneficiamento visando ao aproveitamento integral do pescado.	1	5	6
	00131 - Recuperar 45 estruturas físicas e instrumentalizar as entidades representativas de pescadores.	-	1	1
	00132 - Recuperar e modernizar 06 infraestruturas públicas estaduais de apoio à comercialização do pescado.	-	2	2
	00228 - Realizar 192 operações de fiscalização de atividade de pesca e da aquicultura.	6	18	24
	00270 - Capacitar 6.100 pescadores artesanais (sendo 600 para atuar na pesca em águas profundas e oceânicas).	100	300	400
	00271 - Capacitar 2.760 aquicultores.	50	150	200
	00272 - Prestar assistência técnica a 8.860 pescadores e aquicultores.	100	300	400
	00276 - Construir 2.000 unidades habitacionais.	-	100	100
	00277 - Implantar 10 estruturas para pesca esportiva voltadas ao turismo.	-	1	1
01467 - Realizar 68 estudos inovadores e pesquisas científicas aplicadas para incrementar a produção pesqueira e aquícola.	1	6	7	

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ESTADUAL - CEDE

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
078 - Indústria, Serviços, Mineração e Agronegócio	00913 - Implantar 105 empreendimentos de médio e grande porte.	1	4	5
	00923 - Apoiar a implantação do Projeto Itataia.	1	1	1
	01000 - Apoiar a instalação de 4 plataformas multimodais.	1	1	1

SECRETARIA DAS CIDADES - CIDADES

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
031 - Desenvolvimento Urbano	00124 - Realizar 23 intervenções urbanas estruturantes.	1	2	3
	00125 - Executar 635 intervenções urbanas.	17	61	78
032 - Saneamento Ambiental	00199 - Executar 87.301 ligações domiciliares de esgoto.	449	1.812	2.261
	00221 - Beneficiar 82 municípios com instalações operacionais para destinação adequada de resíduos sólidos domiciliares.	-	9	9
	00248 - Executar 16.901 ligações domiciliares de água.	503	1.468	1.971
	00522 - Beneficiar 8 regiões de planejamento com diagnósticos da infraestrutura de macrodrenagem	-	1	1
033 - Habitacional	01691 - Executar 41.176 ligações domiciliares de água.	505	1.620	2.125
	00231 - Beneficiar 16.000 famílias com instalações sanitárias individuais.	500	1.500	2.000
	00232 - Beneficiar 20.000 famílias com fogões ecoeficientes.	625	1.875	2.500
	00233 - Beneficiar 8.000 famílias com melhorias habitacionais.	250	750	1.000
034 - Desenvolvimento Regional	00521 - Beneficiar 16.787 famílias com unidades habitacionais.	605	653	1.258
	00222 - Apoiar 152 Projetos de Inserção Produtiva.	6	12	18
	00224 - Capacitar 700 produtores de Arranjos Produtivos Locais e de Projetos de Inserção Produtiva.	10	50	60

CONSELHO DE POLÍTICAS E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE - CONPAM

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
082 - Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais	01516 - Implantar/implementar oito Centros Integrados de Apoio à Logística Reversa	-	1	1
	01521 - Implantar/implementar um Centro Integrado de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida às Emergências Ambientais.	-	1	1
	01528 - Construir quinze viveiros de mudas regionais.	1	1	1
	01602 - Implementar 6 Unidades de Conservação para inclusão no projeto Parques Estaduais da Copa 2014.	-	1	1
	02996 - Fiscalizar e monitorar as 23 Unidades de Conservação Ambiental do Estado do Ceará.	1	1	1

084 – Educação Ambiental	01579 – Realizar 600 eventos informativos e educativos (fóruns, congresso, seminários, campanhas educativas, exposições, blitz etc.) com a temática ambiental.	20	60	80
	01583 – Apoiar 64 cursos (8 por macro região) de replicação da capacitação de professores (como Educadores Ambientais) nos municípios cearenses.	3	5	8
090 – Desenvolvimento Sustentado dos Territórios	01531 – Descentralizar a Gestão Ambiental em 20 municípios do Estado.	1	2	3
	01536 – Capacitar 1.500 pequenos produtores rurais na utilização de base ecológica/orgânica.	200	300	500
	01539 – Implementar o monitoramento Ambiental compartilhado em cinco açudes no Estado do Ceará.	1	-	1
	01556 – Realizar 10 workshops para difundir experiências adaptadas aos biomas, caatinga, mata atlântica e ecossistemas associados.	1	2	3
	01561 – Implantar 16 arranjos produtivos locais.	-	4	4
	01568 – Implantar 2 unidades demonstrativas replicando o projeto mata branca.	-	1	1

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS - SRH

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
039 - Transferência Hídrica e Suprimento de Água	01361 - Construir 407 km de adutoras.	63	100	163
	01374 - Instalar 780 pequenos sistemas de abastecimento d'água em todo Estado do Ceará.	20	80	100
	01375 - Construir 970 poços em todo o Estado do Ceará.	22	86	108
	01379 - Revitalizar 600 pequenos sistemas de abastecimentos d'água em todo o Estado do Ceará.	20	60	80
	01472 - Elaborar 14 estudos de infraestrutura de transferência hídrica.	1	1	2
040 - Acumulação Hídrica	01335 - Construir 12 barragens aumentando a acumulação hídrica do Estado em 256 milhões de m³.	-	1	1
041 - Gestão dos Recursos Hídricos	01486 - Realizar 40 inventários ambientais.	3	6	9
	01487 - Monitorar 136 açudes públicos e 02 aquíferos.	28	28	28

SECRETARIA DO TURISMO – SETUR

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
075 - Construção e Desenvolvimento do Destino Turístico "Ceará"	01590 - Recepcionar público visitante de 5,8 milhões de pessoas por ano nos equipamentos turísticos.	600.000	1.800.000	2.400.000

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA – SEINFRA

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
003 – Transporte e Logística do Estado do Ceará	00082 – Conservar 11.000 km de rodovias.	2.287	2.287	2.287
	00105 – Implantar 04 aeroportos regionais/aeródromos.	1	-	1
	00106 – Ampliar/reformar 05 aeroportos regionais/aeródromos.	-	1	1
	00341 – Pavimentar (implantar) 582 km de rodovias.	31	94	125
	00526 – Manter 13 aeroportos regionais/aeródromos.	1	1	1
005 – Infraestrutura Complementar das Regiões do Estado do Ceará	00046 – Atender com telefonia pública 200 localidades rurais do Estado do Ceará.	16	16	16
054 – Edificações e Obras Públicas do Estado do Ceará	00268 – Fiscalizar e gerenciar 496 obras de edificações públicas.	15	25	40
	00312 – Construir, ampliar e reformar 900 abrigos rodoviários de passageiros.	30	90	120
	00314 – Reformar e recuperar 15 terminais rodoviários de passageiros intermunicipais.	1	-	1

4.3 - GRANDES NÚMEROS DO PPA

O planejamento do Governo do Estado do Ceará para o próximo quadriênio, constante do PPA 2012-2015, indica a aplicação de recursos na ordem de R\$ 84,6 bilhões, distribuídos entre os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, incluindo os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, bem como o Ministério Público.

Esse montante compreende o Orçamento

FONTE	VALOR (R\$ bilhões)	%
Fiscal/Seguridade Social	80,4	95,0%
Investimentos das Estatais	1,7	2,0%
Extra Orçamentária	2,5	3,0%
TOTAL	84,6	100,0%

Para a consecução dos objetivos, metas e iniciativas propostas no Plano Plurianual 2012-2015, o Estado prevê recursos, exclusivamente orçamentários, no montante de R\$ 82,1 bilhões, os quais são originados, principalmente, do tesouro estadual, de operações de crédito, de transferências intergovernamentais e da arrecadação própria dos Fundos, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, em que o Estado detém a maioria do capital.

O financiamento do tesouro estadual corresponde, especialmente, às fontes de arrecadação de tributos de competência estadual, a cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE), da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e da Indenização pela Extração de Petróleo, Xisto e Gás (Royalties), totalizando cerca de R\$ 67,0 bilhões para o período.

Com relação às Operações de Crédito, o

FINANCIAMENTO	VALOR (R\$ bilhões)	%
Tesouro Estadual	67,0	81,6%
Operações de Crédito	5,7	7,0%
Convênios	4,1	5,0%
Arrecadação Própria da Administração Indireta	2,4	2,9%
Outras Receitas	2,9	3,5%
TOTAL	82,1	100,0%

Fiscal e da Seguridade Social, Orçamento de Investimento das Estatais não Dependentes e de Recursos Extraorçamentários, tais como as Parcerias com a Iniciativa Privada.

A tabela a seguir mostra os valores especificados por fonte, bem como a participação relativa de cada um no total dos recursos para o período do PPA:

Estado projeta uma carteira de empréstimos no montante de R\$ 5,7 bilhões, mantendo um endividamento público responsável, assegurando o financiamento de projetos estratégicos.

No que concerne às transferências intergovernamentais, provenientes principalmente de convênios celebrados com o Governo Federal, o Estado prevê uma captação em torno de R\$ 4,1 bilhões. As transferências voluntárias são demais relevantes para a composição do financiamento de obras como a Integração das Bacias Hidrográficas do Ceará, a Adequação de Trechos Rodoviários e a expansão da infraestrutura das Escolas Estaduais de Educação Profissional, além de projetos de enfrentamento à pobreza, dentre outros.

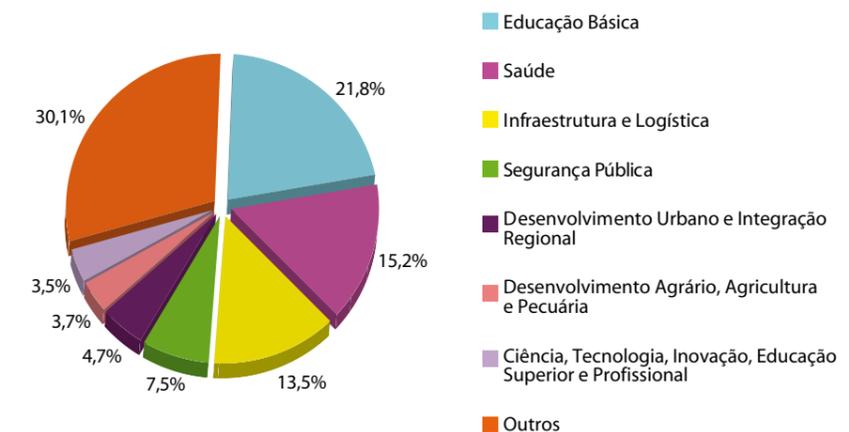
O Financiamento do Plano, em termos orçamentários e por área temática, se consolida com a seguinte composição:

A alocação dos recursos por Área Temática, excluindo as transferências obrigatórias aos municípios e demais encargos gerais do Estado, bem como a reserva de contingência, obedecem à seguinte distribuição:

ÁREA TEMÁTICA	VALOR (R\$ bilhões)	%
Educação Básica	12.829,5	21,7%
Saúde	8.950,7	15,2%
Infraestrutura e Logística	7.955,3	13,5%
Segurança Pública	4.448,3	7,5%
Desenvolvimento Urbano e Integração Regional	2.783,3	4,7%
Gestão Fiscal	2.232,7	3,8%
Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária	2.206,9	3,7%
Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional	2.037,6	3,5%
Governo e Sociedade	1.734,8	2,9%
Recursos Hídricos	1.131,4	1,9%
Turismo	1.103,1	1,9%
Desenvolvimento Social e Trabalho	1.055,1	1,8%
Planejamento e Gestão	982,5	1,7%
Desenvolvimento Econômico	900,4	1,5%
Justiça e Cidadania	797,3	1,4%
Acesso à Justiça	371,4	0,6%
Copa 2014	355,6	0,6%
Meio Ambiente	296,4	0,5%
Cultura	285,7	0,5%
Esporte e Lazer	203,5	0,3%
Aquicultura e Pesca	132,5	0,2%
Correição e Disciplina	45,5	0,1%
Controladoria e Ouvidoria	38,1	0,1%
Subtotal – Poder Executivo	52.877,6	89,6%
Judiciário	3.299,8	5,6%
Legislativo e Controle Externo	1.874,1	3,2%
Essencial à Justiça	944,1	1,6%
TOTAL	58.995,6	100,0%

Do total de recursos aplicados nas áreas temáticas, destacam-se Educação Básica; Saúde; Infraestrutura e Logística; Segurança Pública; Desenvolvimento Urbano e Integração Regional; Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária; e, Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional que respondem com 70% de todos os recursos considerados, conforme gráfico que se segue:

Distribuição percentual dos Recursos Aplicados das áreas Temática





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

*Vice-Governadoria
Secretaria do Planejamento e Gestão*

VICE-GOVERNADORIA

VICE-GOVERNADOR

Domingos Gomes de Aguiar Filho

SECRETÁRIO CHEFE DO GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

Irapuan Diniz de Aguiar Júnior

SECRETÁRIA ADJUNTA DA VICE-GOVERNADORIA

Sílvia Helena Goes Moura

SECRETÁRIA EXECUTIVA DA VICE-GOVERNADORIA

Rossana Catunda Resende Sousa

COORDENADOR DE PROJETOS ESPECIAIS

Francisco José Caminha Almeida

COORDENADOR DO PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO

Antônio Nóbrega Filho

SUPERVISORA TÉCNICA

Maria Tereza Andrade Barros

ASSESSORIA TÉCNICA

Fátima Lúcia de Andrade Feitosa

AUXILIARES

Luana Duarte Paiva

Lúcia Beatriz de Abreu Camilo

Samuel de Oliveira Lins



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

*Vice-Governadoria
Secretaria do Planejamento e Gestão*

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

SECRETÁRIO

Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho

SECRETÁRIO ADJUNTO

Philippe Théóphilo Nottingham

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Marcos Antônio Brasil

**COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO - CPLOG**

Ana Lúcia Lima Gadelha

Naiana Corrêa Lima

Marcos Medeiros de Vasconcellos

Gerência da Célula do Planejamento Participativo e Regionalizado

Maria Aparecida G. Rodrigues Façanha

Equipe Técnica responsável pela elaboração

Ana Lúcia Lima Gadelha

Adelaide Maria Braga da Silva Prata

Fátima Coelho Benevides Falcão

Francisca Maria de Sousa Moreira

Francisco Menezes de Freitas

Maria Aparecida G. Rodrigues Façanha

Maria Carmelita Sampaio Colares

Maria Lúcia Holanda Gurjão

Maryland de Oliveira Marinho

Renata Pontes Viana

Sandra de Souza

Sandra Maria Braga

Virgínia Dantas Soares Teixeira

HINO DO CEARÁ

POESIA DE THOMAZ LOPES

MÚSICA DE ALBERTO NEPOMUCENO

Terra do sol, do amor, terra da luz!
Soa o clarim que a tua glória conta!
Terra, o teu nome a fama aos céus remonta
Em clarão que seduz!
Nome que brilha esplêndido luzeiro
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!
Chuvas de pratas rolem das estrelas...
E despertando, deslumbrada ao vê-las,
Ressoe a voz dos ninhos...
Há de florar nas rosas e nos cravos
Rubros o sangue ardente dos escravos

Seja teu verbo a voz do coração,
- Verbo de paz e amor do sul Norte!
Ruja teu peito em luta contra a morte,
Acordando a amplidão,
Peito que deu alívio a quem sofria
E foi o sol iluminando o dia!

Tua jangada afoita enfune o pano!
Vento feliz conduza a vela ousada!
Que importa que o teu barco seja um nada.
Na vastidão do oceano,
Se à proa vão heróis e marinheiros
E vão no peito corações guerreiros?

Sim, nós te amamos, em aventuras de mágoas!
Porque esse chão que embebe a água dos rios
Há de florar em meses, nos estios
E bosques, pelas águas!
Selvas e rios, serras florestas
Brotem do solo em rumorosas festas!



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

*Vice-Governadoria
Secretaria do Planejamento e Gestão*